



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU - PPLS  
FIPAM XXVI: PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL

LAYANE RAYSSA GAIA GOMES

**A FESTA DO PATRIMÔNIO INTERCULTURAL:  
PATRIMONIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS FESTIVIDADES  
DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NOS MARAJÓS**

BELÉM  
2016

LAYANE RAYSSA GAIA GOMES

**A FESTA DO PATRIMÔNIO INTERCULTURAL:  
PATRIMONIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS FESTIVIDADES  
DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NOS MARAJÓS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientador: MsC. Amarildo Ferreira Júnior

BELÉM  
2016

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)

G366f Gomes, Layane Rayssa Gaia, 1991-  
A festa do patrimônio intercultural: patrimonialização e transformações das festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós / Layane Rayssa Gaia Gomes. – 2016.  
76 f. : il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientador: Amarildo Ferreira Júnior;  
Monografia de conclusão de curso (Especialização) –  
Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Belém, 2016.

1. Patrimônio cultural - Pará. 2. Festas religiosas - Pará. 3.  
Cultura popular. 4. Universidade Federal do Pará. I. Título.

CDD 23. ed. 363.690115

LAYANE RAYSSA GAIA GOMES

**A FESTA DO PATRIMÔNIO INTERCULTURAL:  
PATRIMONIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS FESTIVIDADES  
DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NOS MARAJÓS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientador: MsC. Amarildo Ferreira Júnior

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Conceito: \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

MsC. Amarildo Ferreira Júnior  
*Orientador – NAEA/UFPA*

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo  
*Examinador interno – NAEA/UFPA*

MsC. Cyro de Almeida Lins  
*Examinador externo– Iphan*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por sua infinita bondade e misericórdia, que me acompanham nesta vida feita de lutas e incertezas, mas também de muitas esperanças e sonhos. À minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todo o corpo docente do NAEA pela atenção no repasse do conhecimento durante esta especialização. Especialmente, ao meu orientador, Amarildo Ferreira Júnior, pelo suporte, tempo dedicado e carinho todo especial na realização desta pesquisa. E a todos da minha querida turma FIPAM XXVI, por dividirem comigo todas as aflições e felicidades deste árduo caminho.

Às pessoas que contribuíram diretamente com o desenvolvimento desta pesquisa, que aqui irei nomear. Inicialmente, os membros da Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião (IDGSS) de Cachoeira do Arari, Albertinho Leão e Paulo Câmara que me concederam o prazer de entrevistá-los, e também me disponibilizaram materiais informativos que contribuíram nesta pesquisa. Ao Seu Paulo, um agradecimento especial, pela hospedagem em sua casa em Cachoeira e orientação acerca dos eventos e locais a serem visitados na realização da pesquisa de campo naquele município. Fica a minha gratidão e o desejo de voltar mais vezes, como já prometido.

Aos membros da comissão central da Festividade de São Sebastião de São Sebastião da Boa Vista, Pe. Tadeu Pimentel e Odabel Campos, que me concederam as entrevistas na realização da pesquisa de campo no município. Aqui, quero agradecer a mais uma boavistense devota de São Sebastião, minha avó Donete Guimarães Gomes, que me ajudou no repasse dos contatos dos entrevistados. Que “Bastião” lhe retribua com muitas bênçãos, vovó!

Aos técnicos do Iphan/Superintendência do Pará, Cyro de Almeida Lins e Larissa Guimarães que se mostraram muito solícitos na prestação de informações quanto ao processo de registro e salvaguarda das festividades, permitindo que eu tivesse acesso aos documentos, facilitando, assim, o levantamento documental para esta pesquisa. Obrigada, também, pela permissão de participação no evento de capacitação dos detentores do patrimônio imaterial do Pará, em novembro de 2015, que me possibilitou um primeiro contato com os representantes da organização das festividades.

"Para conhecer o Marajó não basta correr atrás das marés. Precisa descobrir o homem marajoara: só ele conhece este mundo cheio de duendes, mistérios e maravilhas ao som do brega."

*Museu do Marajó – Giovanni Gallo*

## RESUMO

Esta pesquisa aborda as Festividades do Glorioso São Sebastião, que ocorrem em 14 municípios da mesorregião do Marajó, as quais foram inseridas no Livro de Celebrações do Iphan em 2013, se constituindo como um bem cultural imaterial brasileiro reconhecido e em processo de salvaguarda. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, baseada em técnicas de coleta de dados qualitativas, que tem por objetivo identificar as transformações ocorridas nas festividades a partir de seu registro. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo em janeiro de 2016, durante as festividades em dois municípios que representam os diferentes Marajós: São Sebastião da Boa Vista, que está localizado no Marajó das Florestas, e Cachoeira do Arari, localizado no Marajó dos Campos. O foco da pesquisa foi ouvir os detentores do patrimônio, suas alegrias e dificuldades na organização e desenvolvimento das festividades, para posteriormente, analisar o processo de registro e o planejamento das ações de salvaguarda pelo Estado. Neste sentido, apresenta as ações de salvaguarda das festividades já implantadas, destacando o papel do Iphan na salvaguarda do patrimônio imaterial. Analisa, ainda, de que modo o registro e ações de salvaguarda alteraram as simbologias e práticas desenvolvidas nas festividades. Como resultado, observaram-se os diferentes níveis de conhecimento e instrumentalização da política pública de proteção do patrimônio por seus detentores. Como também, as diferentes configurações e simbologias que as festividades tomam, se constituindo como um patrimônio intercultural.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural imaterial. Festas populares. Cultura marajoara. Políticas públicas de cultura. Patrimônio intercultural.

## ABSTRACT

This research addresses the festivities of Glorioso São Sebastião, which occur in 14 municipalities in Marajó's middle region, which were inserted in Iphan Celebrations Book at 2013, constituting as a process of recognized and safeguard Intangible Heritage Brazilian as well. It is an exploratory and descriptive research, based on techniques for collecting qualitative data, which aims to identify the changes occurred in the festivities starting from their record. For this, fieldwork was carried out at January 2016 during the festivities in two municipalities representing different Marajós: São Sebastião da Boa Vista, located at Marajó Forest, and Cachoeira do Arari, situated in Marajó Field. The focus of the research was listening to the possessors of the festivities, their joys and difficulties at arrange and develop these events, to later analyze the registration process and State's planning for safeguarding. In this sense, presents the safeguarding actions of the festivities already in place, highlighting the role of Iphan in safeguarding the intangible heritage. Also analyzes how the record and safeguard actions changed the symbols and practices developed in the festivities. As a result, there were different levels of knowledge and exploitation about public policy of the heritage protection by their owners. As well, the different configurations and symbologies that the festivities take, constituting as an intercultural heritage.

**Keywords:** Intangible cultural heritage. Popular festivities. Marajoara culture. Public policy culture. Intercultural heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização dos municípios em que ocorrem as festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós.....	25
Quadro 1	Cronograma do processo de patrimonialização das Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós.....	29
Figura 2	Imagem de São Sebastião celebrado pelo senhor Manoel Moraes Nunes.....	31
Figura 3	Imagem peregrina de São Sebastião na Igreja Matriz.....	36
Figura 4	Igreja matriz do município, onde são realizadas as missas da festividade.....	37
Figura 5	Centro comunitário do município, local onde é realizada a parte social da festividade.....	37
Figura 6	Mesa com os donativos para serem leiloados durante os “noitários”.....	38
Figura 7	Leilão de um pato durante os “noitários”.....	38
Figura 8	Mastro colocado no arraial da festividade no dia 10 de janeiro em homenagem a São Sebastião.....	40
Figura 9	Mastros dos homens, das mulheres e das crianças enterrados no arraial.....	54
Figura 10	Barracão do santo.....	55
Figura 11	Corrida de cavalos que ocorrem entre os dias 18 e 19.....	56
Figura 12	Arrastão dos bonecos cabeçudos que ocorre no dia 19.....	56
Figura 13	Competição de luta marajoara que ocorre no dia 20.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDP	Companhia Docas do Pará
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRC	Centro de Referências Culturais
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
IAP	Instituto de Artes do Pará
IDGSS	Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Unesco	União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL: DO ASPECTO MATERIAL AO IMATERIAL.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>O papel do Iphan na preservação do patrimônio cultural no Brasil: políticas de registro e salvaguarda dos bens imateriais.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>FESTIVIDADES DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NOS MARAJÓS: PATRIMONIALIZAÇÃO E PERCEPÇÕES ATUAIS.</b>	<b>24</b>
<b>3.1</b>	<b>Festividade de São Sebastião da Boa Vista.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Festividade de Cachoeira do Arari.....</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural se constitui como expressão de uma identidade histórica e as vivências de um grupo social, contribuindo para manter e preservar suas memórias e identidade. Pode ser representado por monumentos, construções, artefatos e outros objetos materiais que remetem a um fato ou data histórica, e também pelas manifestações culturais que evidenciam o aspecto imaterial da cultura de um povo. O tema tem desempenhado um papel fundamental nas discussões entre especialistas, a sociedade e o Estado, sobretudo quanto à criação de políticas públicas para sua valorização.

A institucionalização do patrimônio cultural no Brasil se deu a partir da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que passou a reconhecer os bens materiais da cultura brasileira, instituindo o processo de tombamento como principal prática legal de preservação do patrimônio. O órgão passou por reestruturações ao longo do tempo, bem como o conceito de patrimônio cultural, e, atualmente, é denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que passou a reconhecer, também, a partir do ano 2000, os bens de natureza imaterial da cultura brasileira através dos processos de registro e salvaguarda (FONSECA, 2009).

Neste sentido, as atuais políticas públicas culturais denotam o esforço em ampliar a noção de patrimônio cultural, além das discussões acerca da diversidade e da pluralidade da cultura, evidenciando sua importância enquanto produção simbólica, cidadã e econômica. Contudo, faz-se necessário compreender as articulações entre Estado, instituições privadas, manifestações culturais e demais envolvidos na formulação e implementação destas políticas, a fim de compreender seus impactos nas manifestações culturais.

Partindo deste enfoque, esta pesquisa aborda as Festividades do Glorioso São Sebastião que ocorrem em 14 municípios da mesorregião do Marajó<sup>1</sup>, as quais foram inseridas no Livro de Celebrações do Iphan em 2013, se constituindo como um bem cultural imaterial brasileiro reconhecido e em processo de salvaguarda. É

---

<sup>1</sup> A Mesorregião do Marajó é uma das seis mesorregiões do Estado do Pará, é formada pela união de dezesseis municípios e subdividida em três microrregiões: Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião de Portel (IPHAN, 2010).

importante salientar que antes do reconhecimento na esfera federal, a festividade de Cachoeira do Arari foi tornada patrimônio cultural de natureza imaterial do estado do Pará, através da Lei Estadual nº 7.377 de 06 de janeiro de 2010, entretanto, após o registro não foi implementado plano de salvaguarda da festa.

A mobilização para o registro nacional das Festividades do Glorioso São Sebastião na Ilha do Marajó, deu-se início em 2002 por interesse e iniciativa dos organizadores da festividade de Cachoeira do Arari, na época sob a representação do Museu do Marajó<sup>2</sup>, que procuraram a Superintendência do Iphan no Pará (Iphan/PA) para tomar o conhecimento da política de registro dos bens culturais de natureza imaterial. De início, o objetivo era registrar somente a festividade de Cachoeira do Arari, entretanto, o Conselho Consultivo do Iphan decidiu por estender o registro a todas as festividades que ocorriam nos municípios do arquipélago, visto a abrangência e as representações simbólicas da festa para os marajoaras.

A devoção a São Sebastião no Marajó foi introduzida no século XVII pelos portugueses, como parte do processo de catequização dos indígenas que habitavam a ilha. Atualmente, as festas em homenagem ao santo se configuram como a manifestação religiosa e cultural mais expressiva da região (BARROS; ABUFAIAD, 2008). As festividades ocorrem, geralmente, do dia 10 a 20 de janeiro, dia de São Sebastião, e são celebradas tanto nas sedes quanto nos interiores dos municípios marajoaras. Contudo, em cada localidade em que é realizada, a festividade assume características específicas, a observar as diferenças e semelhanças da região.

Partindo desta perspectiva, adotamos neste trabalho o termo “Marajós”, elaborado por Sarraf-Pacheco e Silva (2015), para denotar as diferenças da região do Marajó, que muitas vezes é tratada como um território homogêneo. A partir de evidências históricas de ocupação de diferentes povos, os autores afirmam que a região, que conta com mais de 500 mil habitantes, é constituída de territórios “multifacetados, construídos por grupos sociais diferentes que, em épocas distintas, ergueram os pilares materiais e imateriais para sustentar o que, hoje,

---

<sup>2</sup> O Museu do Marajó foi fundado pelo padre Giovanni Gallo, em 1972, na cidade de Santa Cruz do Arari, no arquipélago do Marajó/Pa e transferido, em 1984, para a cidade de Cachoeira do Arari, também no Marajó, instalando-se em um galpão de uma indústria de extração de óleo vegetal, desativada, aonde funciona até hoje. Após a morte de Giovanni Gallo em 2003, o museu passou a ser gerido pelos próprios moradores de Cachoeira do Arari, de maneira voluntária e comunitária, enfrentando dificuldades para seu funcionamento (IPHAN, 2010).

compreendemos como seus patrimônios culturais” (SARRAF-PACHECO; SILVA, 2015, p. 99).

De acordo com os autores, os municípios marajoaras podem ser classificados pela predominância de duas fisionomias paisagísticas distintas observadas no arquipélago, que influenciaram a ocupação e a economia do trabalho na região. Os municípios localizados a sudoeste da ilha formam o Marajó das Florestas, região recortada por rios, furos e igarapés, onde predominou a exploração das drogas do sertão, sob o trabalho dos indígenas e imigrantes nordestinos. Os municípios no outro extremo formam o Marajó dos Campos, região de áreas alagadas onde se instalaram fazendas de criação de gado, com a exploração do trabalho dos negros trazidos escravos e dos indígenas.

A interculturalidade, conceito amplamente discutido por Garcia Canclini (2007), cujas proposições tomamos para definição do suporte teórico desta pesquisa, consiste nas diferenças e intercâmbios culturais entre as sociedades, que ocorrem desde a antiguidade. Segundo Garcia Canclini (2007, p. 17), a interculturalidade “remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relação de trocas”. Assim sendo, o processo de colonização portuguesa nos Marajós permitiu o contato entre a cultura europeia e a dos povos indígenas que já habitavam o arquipélago, bem como a cultura africana que foi inserida posteriormente no processo de exploração da região.

Com o advento da globalização no século XX, torna-se necessário repensar os conceitos da esfera cultural, que passam a ser mais complexos e problemáticos em meio ao rompimento das fronteiras territoriais e ao entrelaçamento entre as culturas. Para García Canclini (1983), a definição de cultura como oposição à natureza, amplamente difundida até aquele momento, passou a não dar conta dessas implicações, na medida em que considera toda a ação humana como cultura, não se estendendo às diferenças dessas ações, nem à distinção entre as diversas culturas.

Em estudos mais recentes, García Canclini (2007) define cultura como “o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (GARCÍA CANCLINI, 2007, p. 41). Deste modo, segundo o autor, a cultura se configura como um processo de trocas de sentidos, onde diferentes grupos sociais atribuem funções distintas a objetos e manifestações. Portanto, a

cultura é dinâmica, sendo pautada nas relações sociais e simbólicas em que está inserida.

Tal proposição de conceituação e encaminha no sentido de analisar os níveis da cultura de maneira conjunta, pois os mesmos se completam de forma interdependente, visto que “não existe produção de sentido que não esteja inserida em estruturas materiais” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 29). O interesse de estudos sob esta nova conceituação concerne em captar as transformações das culturas, principalmente a popular, que tem passado a se inserir em relações globalizadas de produção e consumo.

Segundo Guedes (2013), os estudos de García Canclini procuram analisar as culturas com uma proposta transdisciplinar, com ênfase na intersecção entre cultura, comunicação, discursos, consumo e globalização; de modo a abordar as convergências e distensões das interações culturais na América Latina. Para essa mesma autora, estas análises se concentram nas mutações das identidades culturais com a emergência e as transformações da modernidade latino-americana, nas relações entre etnias, meios de comunicação midiáticos, cultura popular, erudita, massiva e os processos de hibridização cultural que perpassam todas essas variáveis no continente.

Desse modo, García Canclini utiliza o termo *híbrido* de forma a comportar melhor a ideia de mescla cultural entre tradicional e moderno, bem como entre o popular, o culto e o massivo, pois:

O hibridismo a que se refere na América Latina estaria ancorado na ideia de um processo sociocultural em que formas culturais separadas combinam-se para compor novas formas. Porém, essa combinação não estaria de modo algum isenta de conflitos, sobretudo quando se pensa nas mesclas existentes entre o popular e o culto ou entre o popular e o massivo (GUEDES, 2013, p. 8).

Deste modo, a hibridação é ocasionada pelo processo de globalização, em que as pessoas, e conseqüentemente as culturas, passam a se aproximar e realizar trocas e intersecções. Este processo é impulsionado pelo mercado e as mídias, que englobam a sociedade em geral. Os conflitos se dão pelas diferenças e, muitas vezes, incompatibilidades entre as culturas, praticadas pelas diferentes camadas da sociedade.

Ainda quanto a esse aspecto, García Canclini (2007) aborda de maneira crítica o que se entende como multiculturalismo, isto é, o pensamento que defende a ideia de existência e convivência de diferentes culturas dentro de uma mesma sociedade. Este pensamento é fortemente defendido nos Estados Unidos da América, a partir da premissa de que viver em uma sociedade multicultural implica em aceitar harmoniosamente o diferente, que obtém os mesmos direitos e deveres de todos os cidadãos. Deste ponto de vista, as diferentes culturas existem e convivem em uma mesma sociedade, porém se localizam em suas faixas de atuações, não ocorrendo o encontro entre as mesmas.

O autor traça a evolução da multiculturalidade para a interculturalidade, que remete ao encontro e intersecção entre as culturas. A interculturalidade se manifesta em meio a conflitos e empréstimos, onde se faz necessário traçar negociações a cada nova inserção cultural. Portanto, o conceito de interculturalidade contribui no entendimento das interações, negociações, resistências e transformações em uma sociedade regida pelo sistema capitalista, que se caracteriza pela disputa.

Amparada nesta discussão, esta pesquisa tem por objetivo identificar as transformações ocorridas nas Festividades do Glorioso São Sebastião realizadas nos Marajós, a partir de seu processo de registro pelo Iphan, de maneira a compreender como se reelabora a interculturalidade em uma festividade que ocorre em diversas localidades, em um espaço diverso e em contato com diferentes agentes.

Para responder tal indagação, realizou-se um estudo exploratório de caráter descritivo em dois municípios que representam os diferentes Marajós: São Sebastião da Boa Vista, que faz parte do Marajó das Florestas, e Cachoeira do Arari, localizado no Marajó dos Campos. A escolha por esta amostra do universo da pesquisa se deu pelo fato de as festividades destas duas localidades serem as de maiores proporções, juntamente com as festividades de São Sebastião da Vila de Arapixi, em Chaves, e do município de Breves (IPHAN, 2010).

A pesquisa de campo nos municípios selecionados como amostra ocorreu no mês de janeiro, durante a realização das festividades. Em São Sebastião da Boa Vista a pesquisa aconteceu entre os dias 09 e 15 de janeiro, e em Cachoeira do Arari entre 18 e 21 de janeiro. Nestes períodos, acompanharam-se os eventos das festividades, anotando os dados em um diário de campo. Também, foram realizadas

entrevistas, com a aplicação de um roteiro de perguntas semiestruturadas, com os representantes das organizações das festividades.

Em São Sebastião da Boa Vista foram entrevistados um representante da Igreja e um representante da comunidade local que fazem parte da comissão central da festividade. Já em Cachoeira do Arari, que conta com uma entidade responsável pela organização das manifestações culturais da festividade, a Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião (IDGSS), foram entrevistados somente dois representantes da irmandade.

A presença nos dois municípios pesquisados durante as festividades nos permitiu, ainda, ouvir os relatos de devotos que participavam das festas, possibilitando, assim, a assimilação da simbologia e das percepções pelos mesmos. Também foram realizados registros fotográficos de alguns momentos das festividades, que ilustram o capítulo da pesquisa de campo deste estudo.

O foco da pesquisa foi ouvir os detentores do patrimônio, suas alegrias e dificuldades na organização e desenvolvimento das festividades, para depois, analisar o processo de patrimonialização e o planejamento das ações de salvaguarda que serão implantados pelo Estado. Neste sentido, foi realizada uma entrevista com o técnico do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan/PA, com o intuito de entender o papel do Estado na salvaguarda das festividades, conhecer as ações já implantadas e os direcionamentos que estão sendo definidos neste sentido. Realizou-se, ainda, uma pesquisa documental no Iphan/PA, que buscou levantar dados dos processos de registro e salvaguarda das festividades, assim como outros documentos relacionados.

A partir da análise dos dados levantados na etapa descrita acima, estruturou-se este estudo de maneira a apresentar a evolução dos conceitos até chegar ao objeto de pesquisa. Inicialmente, apresenta-se um breve levantamento bibliográfico das discussões de patrimônio cultural, de maneira a conceituar e discorrer sobre os termos principais utilizados na pesquisa, como: patrimônio cultural imaterial e festas. Posteriormente, é apresentada uma discussão sobre o papel do Iphan no reconhecimento destes patrimônios no Brasil, discorrendo sobre os instrumentos de registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituídos pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Estas discussões são necessárias para o entendimento de todo o contexto conceitual e

político em que está inserido o processo de patrimonialização das Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós.

Finalmente, no penúltimo capítulo, é apresentado o processo de registro das festividades, seguido dos dados e percepções levantados na pesquisa de campo, realizadas primeiramente no município de São Sebastião da Boa Vista, e posteriormente em Cachoeira do Arari. Os dados são discutidos à luz das teorias já apresentadas acima, como a interculturalidade (GARCÍA CANCLINI, 2007), e outras discussões que emergem nos estudos das festas populares amazônicas (ALVES, 1980; FIGUEIREDO, 1999; 2011; COSTA, 2011).

Por fim, apresentam-se as considerações sobre as festividades, observaram-se os diferentes níveis de conhecimento e instrumentalização da política pública de proteção do patrimônio por seus detentores, como também, as diferentes configurações e simbologias que as festividades tomam, se constituindo como um patrimônio intercultural.

## **2 UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL: DO ASPECTO MATERIAL AO IMATERIAL**

O termo patrimônio vem do latim, *patrimonium*, como significado voltado para todas as posses do *pater*, pai, relacionado primeiramente a bens materiais, humanos e naturais de valor aristocrático e privado (FUNARI; PELEGRINI, 2006). O processo de formação dos patrimônios advém do ato de colecionar bens móveis e imóveis acumulados por grupos sociais. Portanto, pode-se dizer que todo grupo “colecciona” objetos que o diferenciem de outros grupos, ainda mais do que isso, “acumula” conhecimentos e costumes próprios. Deste modo, o patrimônio é uma forma de representação da vida social e cultural humana, assume um fator de identidade, sendo construído nas relações entre o grupo social. Assim sendo, todo patrimônio é o retrato da cultura de uma sociedade.

Rodrigues (2012) conceitua o patrimônio cultural como um conjunto de bens, materiais e imateriais, de interesse coletivo, relevante para perpetuação no tempo, na forma de recordar o passado, em testemunho, invocação ou convocação do passado, nisto o conceito de patrimônio cultural relaciona-se profundamente ao conceito de memória social, com a função de (re)memorar acontecimentos importantes.

Para Gonçalves (2003), o patrimônio não é somente uma invenção da modernidade, estando presente em outras épocas, desde a antiguidade, porém não com a compreensão que temos na atualidade. Segundo o autor, o patrimônio se manifesta desde as sociedades mais primitivas, perpetuando-se às sociedades ocidentais, ditas modernas.

Contudo, ao longo do tempo o conceito interage com as formas de organização política, social e econômica nas sociedades modernas, onde então, a partir do contexto de formação dos Estados Nacionais, se iniciam a elaboração de instrumentos jurídicos, na definição dos conjuntos de bens que deveriam estar respaldados e protegidos pela gestão pública (FONSECA, 2009).

Essa noção de patrimônio, institucionalizado pelo Estado, é produzida no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, na construção de uma ideia de nação, e foi precedida, em toda civilização ocidental, pelo conhecimento e instrumentalização das noções de sua arte e história. O histórico e o artístico

serviram, nesse caso, como instrumentos na construção de uma representação de nação (CHOAY, 2006).

No Brasil, a questão do patrimônio serviu à mesma finalidade, na construção de uma ideia de nação que pudesse homogeneizar a sociedade. Fonseca (2009) ressalta a importância do envolvimento dos intelectuais modernistas na elaboração, a partir de suas próprias concepções de arte, história, tradição e nação, do conceito de patrimônio adotado pelo Estado através do Sphan, a partir de 1937, prestando um trabalho pioneiro e inovador ao campo da cultura nacional.

Neste primeiro momento, foram reconhecidas como símbolos nacionais as obras de arte representativas dos bens culturais móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais de excepcional valor histórico e artístico que necessitavam ser conservados, para garantir a sua perpetuação frente ao acelerado processo de modernização das cidades. Esse processo acabou privilegiando a prática do tombamento como principal ação de preservação do patrimônio cultural.

Portanto, a questão material foi a primeira preocupação dos especialistas da área e, conseqüentemente, da atuação do Estado. Entretanto, a noção de patrimônio se ampliou e passou a contemplar as manifestações simbólicas, saberes e fazeres dos grupos, um patrimônio intangível que também necessita ser reconhecido, acompanhado e preservado.

Segundo Farias (2012), a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial passou a ser reconhecida na Conferência Geral da União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco, sigla em inglês) em 1989, como política de valorização da cultura tradicional e popular. Estas manifestações culturais, por serem dinâmicas, diferentes do chamado patrimônio em “pedra e cal”, requereriam como medida de preservação somente o registro e acompanhamento, sem maiores interferências do Estado.

No Brasil, o patrimônio cultural imaterial já havia sido reconhecido na Constituição Federal de 1988, como as “formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; e as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (BRASIL, 2003, p. 97). Contudo a primeira iniciativa oficial de reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro veio somente no ano de 2000, com a publicação do Decreto nº 3.551, que

institui os processos de inventários e registro como reconhecimento do patrimônio imaterial.

O patrimônio imaterial passou a englobar os lugares, festas, celebrações, formas de medicina popular, música, dança, culinária e outros aspectos que não estavam previstos nas concepções tradicionais do patrimônio. O Iphan, antigo Sphan, passa a ser também o responsável por classificar e registrar os bens culturais de natureza imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, em quatro livros temáticos: livro de registro dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares. A inscrição de um bem imaterial em um dos livros de registro tem como preocupação a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, identidade e a formação da sociedade brasileira, além de promover o respeito à diversidade cultural.

A exemplo de um patrimônio imaterial registrado, Gonçalves (2003) relata sua experiência de pesquisa sobre as Festas do Divino Espírito Santo, oriundas da Ilha de Açores, que não se limitaram somente ao seu território, sendo realizadas pelos imigrantes açorianos em várias localidades, como Canadá, Estados Unidos e Brasil. O autor as classifica como “patrimônio transnacional”, visto sua expansão além de seu país de origem, sendo incorporadas em outros grupos, englobando aspectos diferentes de significado e pertencimento, tais como as comidas e os objetos que fazem parte da manifestação, que assumem simbologias diversas quando usados nas diferentes localidades.

As diferenças da mesma manifestação religiosa em diferentes localidades se dão pela diversidade simbólica que é atribuída aos aspectos materiais da festividade. Segundo o autor supracitado, “a diferença fundamental encontra-se precisamente nos usos das categorias 'espírito' e 'matéria', que são diversamente concebidas pelos intelectuais e lideranças açorianas, pelos padres da Igreja Católica e pelos devotos” (GONÇALVES, 2003, p. 25).

As características da festividade assumem significados diferentes para os diversos agentes da manifestação. Para os devotos, os objetos da festa assumem o papel de manifestação do próprio Espírito Santo, de forma a se estabelecer uma relação de troca com a divindade; enquanto que para os padres a manifestação não passa de uma simbologia, já que esta troca se dá no campo espiritual, não na materialização. Segundo o autor, não é possível preservar o significado da

manifestação, a espiritualidade que a festa assume em seus devotos, porém, se faz necessário o registro e o acompanhamento de outros de seus aspectos, como o lugar e as demais manifestações da festa.

## **2.1 O papel do Iphan na preservação do patrimônio cultural no Brasil: políticas de registro e salvaguarda dos bens imateriais**

O Iphan é uma instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, além de garantir a utilização desses bens pela atual e futuras gerações. Foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, sob a denominação de Sphan, sendo estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época, assumindo desde então a proteção e conservação de grande parte dos bens culturais do país.

O órgão responde, ainda, pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, respectivamente, ambas instituídas pela Unesco.

A gestão do patrimônio cultural pelo Iphan é feita por meio de diretrizes, planos, instrumentos de preservação e relatórios que informam a situação dos bens, o que está sendo feito e o que ainda deve ser realizado. Em 2009, estimavam-se mais de 20 mil prédios tombados, 83 centros e conjuntos urbanos, 12.517 sítios arqueológicos cadastrados, além de mais de um milhão de objetos, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação e registros fotográficos e cinematográficos em vídeo<sup>3</sup>.

O Iphan está presente em todos os estados e alguns municípios brasileiros, distribuídos em 27 Superintendências e 31 Escritórios Técnicos espalhados pelo

---

<sup>3</sup> Segundo informações do Governo Federal, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/iphan-e-responsavel-por-preservar-divulgar-e-fiscalizar-os-bens-culturais-brasileiros>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

país, além de quatro Unidades Especiais. No estado do Pará, a Superintendência do Iphan começou a funcionar em 1992 na cidade de Belém, capital do estado.

Ao longo de seu tempo de funcionamento, a superintendência realizou o tombamento de importantes prédios históricos e espaços que foram restaurados pelo governo estadual e municipal, destinando-os a usos culturais e turísticos, como: o Forte do Castelo, o antigo Hospital Militar, a Igreja de Santo Alexandre, o Colégio Jesuítico e a Igreja da Sé. As ações no município centraram-se em investimentos na preservação do patrimônio cultural, com destaque para o Complexo Ver-o-Peso.

Porém, estas iniciativas ocorreram de forma pontual, reduzindo o impacto no contexto urbano. Assim, o Iphan tem assumido a articulação entre as esferas de governo, as instituições públicas e privadas e as organizações da sociedade civil para potencializar as propostas e efetivação de projetos nas áreas de preservação. Dessa forma, o Instituto vem estendendo sua ação e está presente em 30 dos 144 municípios do Estado<sup>4</sup>.

Quanto ao reconhecimento do patrimônio cultural de natureza imaterial, duas celebrações que ocorrem no Pará estão registradas: a Festa do Círio de Nazaré<sup>5</sup> e as Festividades do Glorioso São Sebastião, objeto de estudo desta pesquisa. E, mais recentemente, o carimbó<sup>6</sup> e o modo de fazer cuias do Baixo Amazonas<sup>7</sup> também foram registrados, constituindo-se como bens culturais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil.

---

<sup>4</sup> Informações encontradas no site do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em 07 mar. 2016.

<sup>5</sup> A Festa do Círio de Nazaré, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 2013, é realizada em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré e considerada uma das maiores concentrações religiosas do mundo reunindo, anualmente, milhões de pessoas que percorrem as ruas de Belém do Pará. O percurso reproduz para os fiéis a história da descoberta da imagem da santa por um caboclo, às margens do igarapé Murutucu, no local em que hoje está a Basílica de Nazaré. Para mais informações, destacamos Alves (1980); Figueiredo (2005); e Iphan (2006).

<sup>6</sup> Expressão que envolve festa, música e coreografias características e tradicionalmente reproduzidas nas porções Nordeste do Estado do Pará. Historicamente, o carimbó se apresenta como uma manifestação cultural que congrega um conjunto de práticas sociais festivas seculares, mas também religiosas incorporadas no cotidiano das populações interioranas do Pará. Estas práticas estão dispostas em torno da elaboração musicada, cantada e dançada dos conjuntos de carimbó produzidas nos contextos de trabalho e lazer dos seus reprodutores (IPHAN, 2013).

<sup>7</sup> As cuias são confeccionadas a partir dos frutos das cuieiras (*Crescentia cujete*), passando por um longo processo artesanal de produção, dominado quase exclusivamente por mulheres ribeirinhas da área de várzea, até chegarem ao consumidor. As cuias fazem parte de uma das classes de utensílios mais importantes na vida amazônica, sendo utilizadas de várias maneiras, desde recipiente de cozinha a objeto decorativo (IPHAN, [201-]).

Visto estas informações iniciais sobre o Iphan e sua presença e atuação no estado do Pará, apresentamos a seguir a política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial, descrevendo os instrumentos utilizados pelo Iphan na patrimonialização dos bens. A partir dos desdobramentos do tema proposto, pretendemos levantar uma breve discussão acerca da participação dos grupos e indivíduos envolvidos com a política de salvaguarda, destacando o papel do Iphan neste processo.

Como já relatado no tópico anterior, a preservação do patrimônio imaterial no Brasil foi institucionalizada a partir do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e a criação do PNPI, com o objetivo de implementar a política de inventário, registro e salvaguarda dos bens imateriais. O decreto difere, ainda, os domínios que compõem a essa dimensão do patrimônio, por meio da criação dos livros de registro: dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares. Em suma:

A inscrição do bem em um dos quatro Livros estabelecidos na proposta de instrumento legal, com base nas categorias identificadas na fase de pesquisa, será o ato culminante do processo de registro. Estes foram denominados, respectivamente: Livro dos Saberes – para o registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro das Celebrações – para as festas, rituais e folguedos que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social; Livro das Formas de Expressão – para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o Livro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Ao se delimitar o universo dos bens culturais imateriais por meio da indicação do conteúdo dos Livros de Registro, buscou-se evitar conceituações rígidas e aprisionadoras, com a expectativa de que essa definição abrangente venha a estimular o processo de construção do conceito de patrimônio imaterial, mantidos os parâmetros estabelecidos pela Constituição (IPHAN, 2006b, p. 20).

Além do registro, instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira (IPHAN, 2006b), destacamos outro instrumento importante nesse reconhecimento, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia legal que possibilita a produção de conhecimento sobre o bem. O INRC consiste em uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo

Iphan que tem como objetivo “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira” (IPHAN, 2000, p. 26).

A adoção de tal metodologia partiu da noção de “referência cultural”, assunto que ganhou consistência teórica e espaço institucional na década de 1970 no Brasil, partindo do entendimento de que:

A constituição de patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais – especialmente os que produzem ou mantêm bens culturais – além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa constituição sempre esteve delegada. Ou seja, a construção do patrimônio cultural deve estar baseada em processo que inclua e considere a dinâmica de atribuição de valor e significado (IPHAN, 2006b, p. 09).

Assim sendo, a noção de referência cultural implicou uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio. Nessa perspectiva, a participação das comunidades detentoras do patrimônio na definição e implementação das ações de preservação, torna-se essencial. A ideia de trabalho para salvaguarda do patrimônio imaterial, adotada pelo Iphan, consiste no compartilhamento de responsabilidades e informações do bem cultural, de maneira a desenvolver em estreito contato com os grupos sociais, que produzem, reproduzem e transmitem o patrimônio, os projetos de mapeamento, identificação, registro e fomento à valorização e à continuidade de bens culturais (IPHAN, 2006b).

A salvaguarda considera os modos de vida e representações de mundo de coletividades humanas e o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais e aos valores e referências, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos. Por outro lado, também é pautada no reconhecimento da diversidade cultural como definidora da identidade cultural brasileira e procura incluir as referências significativas dessa diversidade.

Portanto, para a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Dessa forma, as ações de salvaguarda mais estruturadas e sistemáticas passaram a ser implementadas pelo Iphan, a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), em 2004. Os instrumentos de reconhecimento do patrimônio imaterial – registro e INRC – fazem parte do plano de ações de salvaguarda e auxiliam a formulação de políticas públicas na área.

### **3 FESTIVIDADES DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NOS MARAJÓS: PATRIMONIALIZAÇÃO E PERCEPÇÕES ATUAIS**

A devoção a São Sebastião foi introduzida no século XVII pelos portugueses, como parte do processo de catequização dos indígenas que habitavam a ilha do Marajó. Atualmente, as festas em devoção ao santo permanecem em 14 municípios da mesorregião do Marajó – conforme ilustrado na Figura 1 –, se configurando como a manifestação religiosa e cultural mais expressiva da região (IPHAN, 2010).

A presença de padres jesuítas na Ilha do Marajó, com a fundação de missões religiosas fez com que vários municípios surgissem a partir da devoção ao santo. O histórico da festividade do Glorioso São Sebastião em Cachoeira do Arari, documentada em um folheto explicativo de 2007 produzido pela IDGSS, em parceria com o Iphan, aponta essa relação.

Em 1747, o Capitão Mor André Fernandes Gavinho escolheu, como local para fixar residência, um lugar próximo a uma cachoeira no Rio das Araras, local onde atualmente é o município de Cachoeira do Arari. Com a chegada de posseiros, donatários e catequistas jesuítas e mercedários, formaram-se pequenos núcleos e, também, fazendas de criação de gado.

Buscando difundir a religião católica, os religiosos criam as missões, através das quais ensinavam aos colonizadores recém chegados os principais rituais e cultos cristãos, como os cânticos religiosos e a devoção aos santos. Informações repassadas pela IDGSS dão conta de que o termo “comissão dos santos” vem da forma de catequese criada pelas missões religiosas, que buscavam a aproximação com os índios. Essas missões eram geralmente formadas por quatro pessoas que tocavam e cantavam músicas sacras, utilizando instrumentos típicos da época (pau e corda) e cujo efeito sonoro agradava os índios e facilitava a catequese e a aceitação do cristianismo.

Com o crescimento das fazendas, dos povoados e vilas, iniciaram-se, então, as festas em homenagem ao santo do dia, conforme o calendário cristão, e eram incentivadas, principalmente, pelos jesuítas. As festas eram anunciadas às outras fazendas e localidades com o levantamento de um mastro de madeira com uma bandeira no topo, para ser avistado à distância na vastidão dos campos dos



São Sebastião foi um centurião romano, que foi morto no século III a mando do imperador Diocleciano durante a perseguição romana aos cristãos. Sua condenação se deu pelo fato de seus atos serem considerados brandos com os cristãos. Entretanto, em sua primeira condenação, o centurião teria sobrevivido à execução por flechadas, passando a professar a fé cristã. Condenado à morte pela segunda vez, Sebastião foi espancado e ainda assim teria sobrevivido. Somente na terceira condenação, o soldado teria sido morto transpassado por uma lança (IPHAN, 2010). O santo é representado amarrado a um tronco de árvore, sofrendo o martírio das flechas. Assim como a figura de São Jorge, São Sebastião é tido como um soldado guerreiro, exemplo de fidelidade à fé cristã. No Marajó, o santo é retratado como “Mártir” e “Glorioso”.

Por se tratar de uma festa oriunda de outra nação, que foi implantada na região em um período de contato de diferentes culturas, as festividades do Glorioso São Sebastião nos municípios marajoaras podem ser classificadas como um patrimônio transnacional, assim como as Festas do Divino Espírito Santo, relatadas no capítulo anterior (GONÇALVES, 2003).

Em cada município em que é realizada, a festividade assume características específicas, a observar as diferenças e semelhanças da região marajoara. Neste sentido, a nomenclatura “Marajós”, elaborada por Sarraf-Pacheco e Silva (2015) e adotada nesta pesquisa, expõe as disparidades desta região, que muitas vezes é tratada como um território homogêneo. Os autores retratam duas paisagens distintas do arquipélago: o Marajó dos Campos, representado pelas fazendas alagadas no período do inverno amazônico, e o Marajó das florestas, região recortada por rios, furos e igarapés.

A devoção e realização de festas em homenagem ao santo ocorrem nos municípios dos Marajós, com exceção dos municípios de Bagre e Ponta de Pedras. As festividades são celebradas, geralmente, do dia 10 a 20 de janeiro e podem estar ligadas à Igreja ou não, visto que existem celebrações que são tradições de famílias, o que ocorre, principalmente, nos interiores dos municípios (IPHAN, 2010).

O interesse pelo registro das festividades partiu dos organizadores de Cachoeira do Arari em 2002, na época sob a representação do Museu do Marajó, por conta da realização de uma oficina de planejamento da organização da festividade, ministrada pelo Iphan. Neste primeiro contato, os detentores do

patrimônio tomaram conhecimento do processo de registro dos bens culturais de natureza imaterial, demandando o registro das festividades de Cachoeira do Arari.

Cruz (2012) expõe que a patrimonialização se trata da proteção do patrimônio cultural por uma instituição, no caso do Brasil a instituição que desempenha essa função é o Iphan, como já relatado anteriormente. No processo de patrimonialização são usados mecanismos que possibilitam que os patrimônios sejam preservados, no caso do patrimônio cultural imaterial, como já apontado, as principais metodologias adotadas são: inventário, registro e salvaguarda.

Neste sentido, primeiramente, foi realizado pelo Iphan o Levantamento Preliminar das Manifestações Culturais do Marajó no período de 2004 a 2009, no qual foram identificados mais de 800 bens culturais no arquipélago (IPHAN, 2010). A partir deste estudo, percebeu-se a abrangência e importância das festividades nos municípios pesquisados, principalmente em Cachoeira do Arari, de onde partiu o pedido de registro.

Visto isso, em 2007 o Iphan realizou o Inventário da Festividade do Glorioso São Sebastião no município de Cachoeira do Arari, que teve como produtos um DVD denominado “O Glorioso”, o relatório final do inventário, o preenchimento do banco de dados de registro do Iphan e o livro “Folias de São Sebastião: um estudo da transmissão musical” (BARROS; ABUFAIAD, 2008). O inventário possibilitou a percepção de diversos aspectos em situação de vulnerabilidade, tais como questões em torno da organização da festividade, os repertórios musicais e a infraestrutura local (IPHAN, 2009).

A partir desta verificação, foram realizados pelo Iphan os “Seminários sobre a preservação da Festividade do Glorioso São Sebastião” em Cachoeira do Arari, que tiveram como objetivo dialogar com a comunidade os aspectos acima mencionados, de forma a possibilitar a aproximação entre os atores sociais e os gestores de diversas esferas do poder público, para discutir as questões relativas ao patrimônio imaterial e as ações em torno do inventário.

Nestes seminários, foi requerida pelos detentores a complementação do inventário, com a extensão da pesquisa a todos os municípios dos Marajós, que tinham sido levantados durante o Levantamento Preliminar das Manifestações Culturais do Marajó (2004-2009). A partir desta complementação, ficou evidente que

a devoção a São Sebastião ocorre de diversas maneiras e com diversos níveis de força em todos os municípios pesquisados (IPHAN, 2009).

O processo de pedido do registro das festividades foi formalizado em janeiro de 2008, pelo Museu do Marajó - na época sob a direção de Carlos Alberto Leão, atual Coordenador geral da IDGSS - sendo encaminhado ao presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, acompanhado de um expressivo abaixo assinado, que contou com 300 assinaturas, e de cópias de trechos de Atas de reuniões da Comissão de apoio à Festividade de São Sebastião “que evidenciam o interesse no Registro da festividade como Patrimônio Cultural”. Em 6 de maio do mesmo ano, a IDGSS encaminhou manifestação ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil, pedindo seu apoio ao pleito de reconhecimento, como patrimônio cultural do Brasil, das “Festas do Glorioso São Sebastião na ilha de Marajó” (PARECER FESTAS GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO – MARAJÓ, 2013<sup>8</sup>).

Ainda, segundo consta no Parecer Festas Glorioso São Sebastião – Marajó:

Na reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, realizada em 30 de julho de 2012, a questão do recorte do bem a ser registrado foi exaustivamente discutida, chegando-se à conclusão de que o título seria “As Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó”, a ser atribuído àquelas manifestações que se enquadrarem nos parâmetros definidos por essa política pública em nível federal, tais como, por exemplo, continuidade histórica de um mínimo de três gerações, ou seja, 75 anos (PARECER FESTAS GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO – MARAJÓ, 2013, p. 4).

Deste modo, na 74<sup>a</sup> reunião deliberativa do Conselho Consultivo do Patrimônio, no dia 27 de novembro de 2013, foi apresentada pelo Iphan, em Brasília, a proposta de registro das festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó, processo nº 0140.0702355/2008-30, tendo como relatora a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, recomendando em seu parecer a aprovação, sendo seguida por unanimidade pelos demais membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

As Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó foram inseridas no Livro de Celebrações do Iphan (folha número 33, registro número 8) no dia 29 de novembro de 2013, tendo como bens associados: as folias, as ladainhas, o

---

8

Disponível em:  
<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco\\_de\\_Pareceres\\_Registro\\_FESTA\\_GLORIOSO\\_SAO\\_SEBASTIAO\\_MARAJO.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Registro_FESTA_GLORIOSO_SAO_SEBASTIAO_MARAJO.pdf)>. Acesso em 05 mar. 2016.

frito do vaqueiro<sup>9</sup>, o leite de onça<sup>10</sup> e a luta marajoara<sup>11</sup> (CERTIDÃO DE REGISTRO DAS FESTIVIDADES DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NA REGIÃO DOS MARAJÓS, 2013)<sup>12</sup>. O registro foi celebrado na festividade de Cachoeira do Arari no ano de 2014, com grande alegria pelos devotos do santo.

Desde as primeiras mobilizações até o registro das festividades se passaram 11 anos de vários estudos para compreender a manifestação cultural para, assim, adequar o registro para melhor atender à solicitação dos detentores do patrimônio. A seguir, apresentamos um cronograma das etapas do registro das festividades, descritas acima, para apresentar o processo de uma maneira mais clara:

**Quadro 1 – Cronograma do processo de patrimonialização das Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós**

<b>ANO</b>	<b>ATIVIDADES REALIZADAS</b>
2002	Oficina de planejamento da organização da festa para o ano de 2003, realizada pelo Iphan em Cachoeira do Arari
2004-2009	Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais do Marajó - INRC Marajó
2007	Inventário Nacional de Referências Culturais da Festividade do Glorioso São Sebastião no município de Cachoeira do Arari – INRC São Sebastião
2007	Seminário realizado pelo Iphan em Cachoeira do Arari para a preservação da festividade
2008	Pedido de registro das Festividades do Glorioso São Sebastião

<sup>9</sup> Espécie de mistura de carne desfiada frita na própria gordura com farinha de mandioca (IPHAN, 2010). É um prato típico dos campos dos Marajós, associada, como já conta no nome, à alimentação dos vaqueiros marajoaras que passam dias nos campos cuidando do gado. Na festividade de Cachoeira do Arari, o frito é comercializado nas barraquinhas de comidas e bebidas do arraial.

<sup>10</sup> Bebida de preparo caseiro, feita a base de álcool e etílico e leite de búfala, largamente no contexto da festa, especialmente durante o cortejo do mastro, durante o arraial é comercializado nas barraquinhas de comidas e bebidas (IPHAN, 2010).

<sup>11</sup> Inseridas no contexto geral da animação do traslado do mastro, a luta marajoara foi identificada principalmente na região dos campos e com maior representatividade **na Festividade do Glorioso São Sebastião**. Acontece no corpo a corpo e tem como objetivo derrubar o adversário de costas na lama. Para alcançar tais objetivos os marajoaras dispõem de repertório significativo de lances e golpes (IPHAN, 2010).

<sup>12</sup>

Disponível

em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o\\_S\\_SEBASTI%C3%83O.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o_S_SEBASTI%C3%83O.pdf)>.

Aceso em 05 mar. 2016.

2009	Complementação do INRC São Sebastião
2010	Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó
2013	Inclusão das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó no livro de celebrações do Iphan
2014	Início do processo de salvaguarda pelo IPHAN – Reuniões com os detentores nos municípios de Cachoeira do Ararí, São Sebastião da Boa Vista e Chaves (Vila de Arapixi)
2015	Seminário de Capacitação dos Detentores do Patrimônio Imaterial do estado do Pará, realizado pelo Iphan

**Fonte:** IPHAN, 2010 (adaptado pela autora).

Após o registro, foi dado início ao processo de salvaguarda das festividades, que já contou com a realização de reuniões nos municípios de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Boa Vista e na Vila de Arapixi, em Chaves com os organizadores e demais agentes envolvidos no ano de 2015. O contato para essas ações se dá, principalmente, com a IDGSS que é mais presente nas discussões do planejamento das ações de salvaguarda, conforme será discutido mais à frente.

### 3.1 Festividade de São Sebastião da Boa Vista

O município de São Sebastião da Boa Vista está localizado na microrregião dos Furos de Breves na Ilha do Marajó/PA, possui uma área de 1.632,251 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 25.161 habitantes, segundo o último senso do IBGE (2015). A atividade econômica predominante está baseada no serviço público, no extrativismo vegetal, na pesca e no trabalho informal.

A distância de Belém para o município é de 136 km, percorridos em uma viagem de barco que leva de 08 a 12 horas, dependendo da maré. A viagem acontece à noite, com saída de barcos diários de portos de Belém, localizados na orla da cidade no bairro do Jurunas. Ata-se uma rede e em meio a conversas com outros viajantes, se passa a noite. embalados pela maresia, os passageiros chegam

antes do dia amanhecer nos portos do município, onde já se encontram pessoas esperando seus visitantes.

Segundo relatos de moradores, documentados pelo Iphan, a devoção a São Sebastião teria dado origem ao município. No ano de 1846, São Sebastião da Boa Vista era um sítio de propriedade do senhor Manoel Moraes Nunes, o qual festejava todos os anos no dia 20 de janeiro a imagem de São Sebastião (Figura 2), mandando celebrar uma missa em uma das salas de sua residência, transformada em capela. O senhor Manoel Moraes Nunes registrou o seu terreno e o ofereceu como doação à imagem do santo, a qual ainda existe na igreja matriz do município, que tem por nome “Santuário de São Sebastião”.

Com o tempo, o sítio tornou-se povoado, sendo elevado à categoria de localidade em 1870. No ano de 1871, foi instituído município, sendo integrado à Muaná em 1982. O município passou por várias instaurações e leis, até ser reestabelecido e se tornar independente em 1943. A denominação “Boa Vista” teria sido atribuída na visita do presidente da província Ferreira Pena, que ao admirar a paisagem da região teria sugerido a inclusão da denominação ao nome do município, devido sua bela paisagem natural. Com esta inclusão, os moradores passaram a se denominarem “boavistenses” (IBGE, 2015).

**Figura 2** - Imagem de São Sebastião celebrado pelo senhor Manoel Moraes Nunes



**Fonte:** Blog Na Veneza do Marajó (2016).

No âmbito cultural, o município apresenta ou já apresentou diversas formas de manifestações, como: festas de santos, festivais regionais, disputas de bois, folias e modos de fazer presentes na produção local de artesanatos em miriti e outras matérias-primas naturais. Tais manifestações foram documentadas no Levantamento preliminar do INRC – Marajó, realizado pelo Iphan em 2005 no município<sup>13</sup>. De todas as manifestações culturais, a festividade de São Sebastião, padroeiro do município, se destaca pela sua abrangência e resistência no tempo.

A festividade de São Sebastião ocorre todos os anos do dia 10 ao dia 20 de janeiro na sede do município, sendo organizada pela paróquia da Igreja em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>14</sup> e demais membros da sociedade e entidades locais. São criadas comissões responsáveis por cada particularidade da festividade, sendo estas: comissão de liturgia, comissão dos programas, comissão do sorteio, comissão do arraial, comissão de limpeza e ornamentação, comissão da lanchonete, comissão dos donativos, comissão dos leilões, comissão dos corretores, comissão de divulgação e comunicação, comissão da cozinha, guardas do andor e coordenação central da festividade.

Contudo, nem sempre a festividade teve esse tipo de organização, pois há décadas atrás não havia padres fixos na paróquia local, a festividade era organizada somente pela comunidade. Segundo Odabel Freitas, membro da coordenação central da festividade:

Inicialmente a festividade de São Sebastião era feita pelos que tinham algum poder aquisitivo na cidade ou poder político e era feita dessa maneira, né. E aí, a paróquia, por exemplo, ela não tinha assim nada de aquisição pra ela no final da festividade, assim como era a receita, era a despesa, aí no final zerava né, economicamente falando. E, também, antes era feito, o padre vinha uma vez por ano só pra essa festividade. Então nessa festividade ele fazia tudo que tinha que fazer de trabalhos pastorais, ele batizava, ele fazia casamento, tudo dentro da festividade (ODABEL FREITAS, 69 anos, professor. Entrevista concedida em 11 jan. 2016).

---

<sup>13</sup> O Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais– Marajó foi realizado pelo Iphan em 12 municípios da Ilha do Marajó, nos anos de 2004 a 2007. A viagem à São Sebastião da Boa Vista ocorreu no período de 11 a 16 de maio de 2005, obtendo um total de 31 contatos registrados e a identificação de 25 bens culturais. Os dados deste Levantamento Preliminar foram repassados em arquivos via pen-drive em visita ao Iphan em fevereiro de 2016.

<sup>14</sup> As CEB's são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos (BETTO, 1984, p. 16).

Como relatado, a festividade de São Sebastião no município consiste, em seu início, como uma manifestação de uma religiosidade popular que culmina em uma festa realizada pela comunidade local, sem a interferência da Igreja quanto à organização. Um padre vinha ao município somente nos dias da festividade para realizar as missas do santo e demais serviços religiosos.

Nesta perspectiva, a festividade se enquadra como manifestação do catolicismo e da cultura populares, que se constituem a partir do “processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia, por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 42). O autor expõe, ainda, que não há somente uma cultura popular, mas diferentes culturas populares, que apresentam características próprias de seu espaço geográfico e relações sociais de seus detentores.

O catolicismo popular é aquele que é expressado pelos fiéis leigos, isto é, aqueles que não se constituem como membros do corpo eclesiástico oficial da Igreja católica (MAUÉS, 1995). Assim, o catolicismo popular tem características específicas, e, normalmente, há conflitos com o catolicismo oficial, que deseja fazer o controle dos ritos religiosos e do acesso aos bens de salvação. Nesse ponto, encontra-se na linha de raciocínio de García Canclini (1983), pois os bens de salvação são “geridos” pelas igrejas, que determinam a forma que os fiéis terão acesso a eles. Logo, no catolicismo popular, o processo de apropriação desses bens é desigual, assim como na cultura, por motivos homólogos. O catolicismo popular se expressa muito por festas de santo, por exemplo. Desse modo, as festas de santo são uma forma que os leigos engendraram para obter acesso a alguns bens de salvação sem a necessidade da intermediação de uma autoridade eclesiástica.

O estudo das festas de santo na Amazônia, segundo Figueiredo (2011), perpassa por uma análise que consiste na noção de festa como momento ritual, onde a comunidade sai de sua rotina e emerge uma série de eventos que misturam momentos sagrados com momentos de socialização e partilha; e na noção de festa enquanto instrumento de reprodução de padrões vigentes. Em tempos idos no município, lideranças políticas e/ou econômicas assumiam a organização da festividade sob o encargo de presidente da festa.

Somente a partir da década de 1960, com a instalação das CEBs e a presença de padres residentes no município, a organização e arrecadação da festividade passou para a Igreja. Atualmente, a coordenação central é constituída pelos dois padres da paróquia com a participação de membros da comunidade, ligados à Igreja. Quando perguntado a respeito da organização da festividade, padre Tadeu Pimentel, pároco administrador da paróquia, relatou que:

A festa comporta como organização, geralmente, um ano de organização, se leva um ano pra organizar a festa. A primeira reunião que acontece ainda no primeiro semestre, acontece para escolha do tema, cada ano a festividade traz um tema ligado a uma realidade da igreja, uma campanha, um movimento, um evento, uma celebração. Este ano nós fizemos para opção para celebrar o ano da misericórdia, o jubileu extraordinário que o papa convoca, então, esse ano nós estamos refletindo sobre o tema da misericórdia de Deus. E, dentro desse ano, que acontece a programação, existe uma série de decisões, escolhas que precisam ser muito criteriosas a respeito da festividade, tipo a procissão fluvial, que foi incrementada há pouco tempo, mas existe uma peregrinação da imagem do padroeiro São Sebastião nas capelas de todo o município de São Sebastião da Boa Vista e parte do município de Muaná, porque a paróquia também se estende por uma parte do município de Muaná (TADEU PIMENTEL, 33 anos, padre. Entrevista concedida em 13 jan. 2016).

Antes do início da festividade na sede do município, ocorrem as peregrinações da imagem do santo nas CEBs dos interiores do município entre os dias 02 e 09 de janeiro, com o intuito de visitar as famílias, com especial atenção aos doentes e idosos, para evangelização, assim como em sua sede, com outra imagem do santo, sendo celebrada uma missa nas capelas das comunidades ao final de cada dia de peregrinação. Nestas peregrinações, os devotos também realizam doações de donativos ao santo, que serão leiloados e sorteados durante a festividade.

A generosidade da comunidade local chama a atenção neste período, pois, em geral, todos se mostram muito generosos, colaborando dentro de suas possibilidades. Os devotos costumam doar animais para a festividade do santo, com intuito de pedir proteção contra as pestes. Há, também, aqueles que fazem donativos ao santo como forma de retribuição por alguma graça alcançada, um “sacrifício contratual”, segundo Mauss (2003, apud Figueiredo, 2011), que consiste em um sistema de trocas entre homens/deuses ou natureza.

No dia 10 de janeiro, a imagem que peregrina nos interiores retorna à sede do município em trasladação fluvial, com chegada por volta das 18 horas no porto da

praça matriz, onde é recebido com queima de fogos. Sobre este momento, Marieta Gonçalves, devota de São Sebastião, expõe que:

Há uns 3, 4, 5 anos começaram as procissões fluviais que vem dos rios, eu fui até agora dia 10 porque eu queria ver, e eu achei assim um negócio muito bonito, a alegria daquele povo, de vim com as suas bandeirinhas, jogando os seus fogos. Eram seis embarcações menores e a embarcação grande e todo o folclore está sempre no meio (MARIETA GONÇALVES, 75 anos, professora aposentada. Entrevista concedida em 14 jan. 2016).

A paróquia local realiza, também, todos os anos o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no mês de outubro, simultâneo ao Círio de Belém, com procissão, trasladação, missa e romaria fluvial. Segundo o padre Tadeu Pimentel, atualmente, existem duas grandes festas a nível paroquial na sede do município<sup>15</sup>: do padroeiro São Sebastião e o Círio de Nossa Senhora, no mês de outubro. Deste modo, a realização da trasladação fluvial na festividade do padroeiro, parece ser uma forma de padronização das festas religiosas no município, baseada no Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém, que é a maior e mais importante festa religiosa do estado (FIGUEIREDO, 2005), e tem por intuito um maior alcance de devotos com a passagem da imagem nos interiores, de modo a manter e potencializar a devoção ao santo entre os ribeirinhos, atraindo mais visitantes à sede do município nos dias principais da festividade.

É importante ressaltar que a imagem original de São Sebastião, cultuada pelo senhor Manoel Nunes, não sai para as peregrinações, ela fica alocada na sacristia sob guarda da Igreja. No período de realização desta pesquisa de campo, a imagem não se encontrava em seu local de guarda, pois estava em Belém para restauro, segundo informações da paróquia. A imagem peregrina (Figura 3) é colocada dia 10 no altar da igreja matriz da cidade, onde fica durante todo o período da festividade para receber orações e preces.

Entre os dias 10 e 19 de janeiro a festividade é composta por dois momentos: a parte religiosa, com missas todas as noites às 19:30 horas na Igreja Matriz (Figura 4); e a parte social, com os “noitários” no Centro Comunitário da paróquia (Figura 5),

<sup>15</sup> Existem outras festas de santo de menor abrangência, que ocorrem, geralmente, dentro de um bairro do município ou localidade do interior. No INRC – Marajó, realizado pelo Iphan em 2005, foram identificadas seis festas de santo no município, sendo elas: Festividade de São Sebastião, Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Festividade de Santa Maria, Festividade de Santo Antônio, Festividade de São Pedro, Festividade do Menino Jesus.

que são organizados pelas comunidades que se reúnem e formam grupos que ficam responsáveis pela programação de cada noite da festividade.

O arraial da festividade consiste em todo o espaço da praça matriz, que fica logo em frente à igreja. São montadas barracas de vendas de lanches, brinquedos de diversão, como roda-gigante, jogos de tiro ao alvo, etc. É um período de intenso fluxo de visitantes, movimentando a economia e a vida social da comunidade local, constituindo-se como principal atração religiosa-cultural do município.

Nos “noitários”, a parte social que ocorre após as missas, são realizados leilões, bingos e sorteios dos donativos que são doados pelos devotos ao santo (Figuras 6 e 7), com vendas de comidas típicas e apresentações de bandas locais. É, também, um momento de socialização entre a comunidade, em que é comum vermos famílias inteiras participando deste momento, seja na realização do evento ou como participantes, um costume que passa de geração em geração.

**Figura 3** - Imagem peregrina de São Sebastião na Igreja Matriz



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

**Figura 4** - Igreja matriz do município, onde são realizadas as missas da festividade



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

**Figura 5** - Centro comunitário do município, local onde é realizada a parte social da festividade



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

**Figura 6** - Mesa com os donativos para serem leiloados durante os “noitários”



Fonte: Layane Gomes (2016).

**Figura 7-** Leilão de um pato durante os “noitários”



Fonte: Layane Gomes (2016).

Para a comunidade local, os “noitários” da festividade acabam sendo um ponto de encontro de familiares e amigos. Os devotos do santo fazem suas preces na igreja durante a missa e depois vão se confraternizar no Centro Comunitário, entre si e com aqueles que participam somente do momento social da festividade. Assim, pessoas que passam tempos sem se ver, juntam-se novamente em um momento festivo.

Para Costa (2011), as festas populares, principalmente as de caráter massivo e religioso, são dotadas de momentos singulares que somam ao momento sagrado (missas e procissões), uma “efervescência festiva” de divertimento público, quebrando a seriedade do processo de ritual. Neste sentido, a parte social, como é chamada pelos organizadores, da festividade de São Sebastião assume um papel importante na manutenção das relações da comunidade e no reforço dos laços internos do grupo religioso. Se estendendo, ainda, para além dos interesses da igreja e seus fiéis, pois repercutem na economia do município, no uso dos meios de comunicação durante a festa e na representação social.

Antes da festividade, muitos moradores do município compram roupas novas e se preparam visualmente para comparecerem ao arraial. As rádios locais anunciam a todo o momento a proximidade do início da festa, assim como também, fazem propagandas de lojas de roupas, sapatos, cabeleireiros, etc. Bicicletas-som passam nas ruas convidando a população para comparecerem às missas e aos “noitários”, em um momento de “devoção e confraternização do povo boavistense”. Os comerciantes locais colocam faixas em homenagem ao santo, com as logomarcas de seus empreendimentos como indicação de apoio à festividade. Os coordenadores das CEB’s passam nas casas das pessoas pedindo colaboração para a realização do “noitário” sob responsabilidade da respectiva comunidade. Tudo isso foi percebido durante a estadia no município.

O encerramento da festividade se dá no dia 20 de janeiro com a realização de uma missa pela parte da manhã, com procissão logo em seguida pelas principais ruas do município. Após a procissão é realizado um almoço no Centro Comunitário em homenagem ao santo, com bandas locais e realização de bingos, leilões e sorteios que duram a tarde toda. Neste momento, dá-se encerramento à parte religiosa, pois à noite é realizada uma festa dançante, geralmente com a apresentação de bandas de fora do município.

Um aspecto importante da festividade, também, consiste na tradição do mastro do santo. O mastro é um elemento simbólico da festividade que havia se perdido com o tempo e está sendo, aos poucos, retomado pelos devotos que pedem permissão à coordenação da festividade para colocarem o mastro no arraial no primeiro dia de festividade, como ocorreu na festividade de 2016 (Figura 8).

**Figura 8** - Mastro colocado no arraial da festividade no dia 10 de janeiro em homenagem a São Sebastião



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

Contudo, o mastro não é mais um elemento oficial da festividade, não há uma preparação por parte da coordenação para que todo ano o mastro seja colocado no arraial, é um interesse que parte de algum devoto, se partir. Contudo, a presença e a simbologia do mastro continuam presentes na memória dos devotos mais antigos, que recordam saudosamente os tempos do seu apogeu.

Aqui o mastro era feito de madeira né, era um mastro de madeira, o que me falaram é que ele foi muito intenso aqui no tempo do Romeu Monfredo [ex-prefeito do município (1951-1953)], que ele fazia a festa de Fátima, tinha o mastro, aí fazia a festa de janeiro e também tinha o mastro. Tinha o juiz do mastro que era o responsável pelo mastro, tinha o juiz da bandeira que era responsável pela bandeira, e esses dois se reuniam que era pra fazer aquela grande alegria no levantamento do mastro, pra ornamentar o mastro e no levantamento do mastro, do abaixamento do mastro e na grande procissão que faziam com o mastro, carregando aquele mastro e a bandeira (MARIETA GONÇALVES, 75 anos, professora aposentada. Entrevista concedida em 14 jan. 2016).

Ainda quanto à organização da festividade, desde o ano de 2000 fica proibida a ocorrência de festas dançantes nas casas noturnas do município durante o período de sua realização, bem como a venda de bebidas alcoólicas no espaço do arraial e seu entorno do dia 10 de janeiro até às 18 horas do dia 20. Trata-se de um acordo travado entre a igreja e a prefeitura, que publica um decreto neste sentido.

A justificativa para tal medida, por parte da organização da festividade, se deu pelas ocorrências de brigas por conta da alta ingestão de bebidas alcoólicas, o que dificultaria a realização da festividade devido à insegurança instaurada. Quando perguntado se a organização da festividade sofre algum tipo de conflito com a população ou os proprietários de casas de festas do município quanto a estas proibições, padre Tadeu Pimentel alegou que:

Se existe um conflito é algo muito ainda pacífico entre nós porque nunca houve algum tipo de petição contrária, e as pessoas cumprem, na medida do possível, esse decreto municipal de não haver consumo de bebida alcoólica nas áreas próximas a igreja (TADEU PIMENTEL, 33 anos, padre. Entrevista concedida em 13 jan. 2016).

Entretanto, foi relatado por um dos coordenadores da festividade que, apesar destas proibições, alguns proprietários de casas noturnas e bares do município descumprem tais medidas. Além da ocorrência de jogos de azar, que também são proibidos no espaço do arraial pela organização da festividade.

A coordenação do evento não permite que se instale jogos de azar no arraial para que a criança não vá lá e se viciie nos jogos né, mas aí, por trás vem aqueles elementos que nem precisam instalar, tem aqueles jogos, a Maria pretinha, não sei o que mais, eles fazem aquilo na calçada mesmo e quando a fiscalização vai pra cima, eles desaparecem e já aparecem lá em outro lugar e assim sucessivamente. Não são pessoas daqui, são pessoas que vem [de fora], isso é uma dificuldade (ODABEL FREITAS, 69 anos, professor. Entrevista concedida em 11 jan. 2016).

O fato é que o município sofre com graves problemas sociais, como violência, assaltos e tráfico de drogas. Estes problemas só se agravam no período da festividade, por conta do maior movimento no município, e umas das formas que os organizadores encontraram para minimizar este agravo consistiu nas proibições do que a igreja considera profano. Tal aspecto denota o fato de que as exortações e direcionamentos religiosos eclesiásticos da festa no município se fazem mais evidentes e possuem maior eficácia em comparação a outras festividades, a exemplo da festividade de Cachoeira do Arari, como será abordado mais a seguir, que se assemelham a várias festas de santos na Amazônia com características que misturam aspectos sagrados e profanos, como a Festa do Puá em Soure (FIGUEIREDO, 1999) e o Círio de Nazaré em Belém (ALVES, 1980; FIGUEIREDO, 2005).

A forte presença da Igreja, por meio de uma paróquia local atuante, com padres residentes no município, contribui, também, para o desaparecimento das novenas e ladainhas ao santo durante a festividade, que foram substituídas pelas missas. As ladainhas eram cantadas em latim, com trechos em língua portuguesa. Atualmente, estão presentes somente no imaginário popular e na memória de pessoas mais idosas (IPHAN, 2009). Tais práticas antigas de devoção e religiosidade são referidas como “inferiores” pela coordenação da festividade, mais precisamente pelo padre da paróquia, que aponta a maior participação da comunidade local nas missas do santo como resultado satisfatório das ações desenvolvidas durante a festividade.

Antigamente, a gente tinha muita novena, muito terço, muita ladainha, depois nós fomos já indo pra um **progresso** espiritual, digamos, e tendo agora uma presença eucarística por meio do sacerdote, da institucionalização da paróquia, é maior agora então nós temos uma bonita participação na eucaristia (TADEU PIMENTEL, 33 anos, padre. Entrevista concedida em 13 jan. 2016. Grifo nosso).

Este ano nós vamos, por exemplo, propor ao povo duas missas no dia do padroeiro, uma 8 da manhã, outra às 12 horas, meio dia, pra que o povo tenha a oportunidade de frequentar a Santa Missa e para que a nossa vida seja uma vida de católicos que buscam, que encontram Jesus na Santa Missa. Então, a devoção popular sempre aponta para Cristo, deve nos levar a Cristo, então nós não ficamos só em São Sebastião, ficamos em Cristo, temos que chegar a ele (TADEU PIMENTEL, 33 anos, padre. Entrevista concedida em 13 jan. 2016).

Tal afirmativa corrobora com a conclusão de Maués (1995) que aponta as diferentes concepções a respeito da simbologia das festas de santo na Amazônia entre Igreja e as comunidades locais. Enquanto que para os leigos a festa seria um fim por si só, um momento de devoção ao padroeiro local e socialização com os seus conterrâneos; para a Igreja, que muitas vezes está por trás ou participa conjuntamente da organização das festividades com a comunidade, a festa se torna um meio de evangelização, de atração de mais fiéis, de renovação da fé católica.

A análise também cabe na discussão de García Canclini (1983), acerca da marginalização das culturas populares, que são tratadas como práticas “pré-modernas” e subsidiárias. Segundo o autor, o popular é tido como o setor excluído nas sociedades ditas modernas, aqueles que não têm patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado, a exemplo dos artesãos que não são considerados artistas, em estudos de visão hegemônica, pois tendem a individualizar-se em seu conhecimento tradicional, se excluindo do mercado de bens simbólicos “legítimos”. Desta maneira, o tradicional e o popular são vistos como setores que não se encaixariam na modernidade, sobretudo, nas discussões de questões sociais e econômicas. Contudo, o autor defende que o popular deve ser visto como prática pré-existente, que sobrevive e convive, mesmo que em meio a conflitos, na modernidade.

Portanto, no âmbito da festividade, há o embate entre catolicismo oficial e catolicismo popular, este último tendo algumas de suas práticas sendo classificadas como inferiores. Talvez nisto esteja o grande ponto de conflito, que se externaliza na proibição dos jogos e do consumo de álcool, entretanto seu fundo é o aspecto simbólico da festa, o domínio de seus sentidos e manifestações. É um conflito no campo simbólico, portanto, na disputa entre quais bens de salvação são legítimos, com que bens e práticas consideradas “profanas” esses bens de salvação podem compartilhar espaço, quais formas de acesso aos bens de salvação são legítimas, quem controla estas formas de acesso e quem pode acessar a esses bens.

Neste sentido, a implantação de políticas públicas de reconhecimento e apoio à cultura popular é uma ação necessária, ademais em uma região tão carente de infraestrutura como os Marajós. O registro das festividades do Glorioso São Sebastião no livro de celebrações do Iphan, como forma de reconhecimento dessa devoção tão enraizada na cultura marajoara, sendo reconhecida como patrimônio

cultural imaterial brasileiro, é de extrema importância neste sentido, para despertar a sociedade e o poder público para que manifestações como essa não venham se extinguir por falta de incentivo.

O apoio recebido, por parte do Governo do Estado, para a realização da festividade em São Sebastião da Boa Vista consiste no reforço da segurança no município com policiamento intensivo, principalmente nas ruas próximas ao arraial. A prefeitura, quando requerida via ofício expedido pela coordenação da festividade, contribui economicamente com o que é solicitado, porém não existe uma verba fixa específica para a festividade, trata-se de uma negociação e um acordo que têm que ser realizados todos os anos.

A prefeitura sempre contribui com as festividades de São Sebastião, sempre contribuíram e continuam contribuindo. Contribuem, digamos assim, economicamente, a comissão faz um ofício, por exemplo, para o prefeito, solicitando comida para a cozinha da festividade no dia 20, aí o prefeito sempre dá ajuda da comida, quando é pra ajudar nos fogos, o prefeito sempre ajuda a comprar fogos, quando é pra pagar uma banda musical que venha de fora, o prefeito também ajuda, é nesse sentido aí a ajuda da prefeitura (ODABEL FREITAS, 69 anos, professor. Entrevista concedida em 11 jan. 2016).

Não se observou, durante a realização da pesquisa de campo no município, nenhuma menção da institucionalização da festividade como patrimônio cultural, seja nas falas espontâneas dos entrevistados, bem como nos eventos da programação social. Quando questionado sobre o registro das festividades como patrimônio imaterial brasileiro, padre Tadeu Pimentel, um dos coordenadores centrais da festividade, mostrou desconhecimento quanto à extensão da patrimonialização a todas as festividades de devoção a São Sebastião nos Marajós, pois achava que somente a festividade de Cachoeira do Arari tinha obtido o registro. No entanto, o padre se retratou, relatando que está à frente da paróquia há poucos meses.

Odabel Campos de Freitas, outro membro da coordenação central da festividade, informou que participou de reuniões com o Iphan no município, para tratar sobre o registro da festividade, onde foi apresentado o documentário “O Glorioso” (IPHAN, 2007) e foi informada a extensão da patrimonialização à festividade local, porém, não sabia como estava o processo e não mantinha contato com o Iphan quanto a isto.

Este desconhecimento do registro das festividades, por parte dos organizadores, com exceção dos organizadores da festividade em Cachoeira do Arari, de onde partiu o pedido de registro, é apontado como principal dificuldade enfrentada pelo Iphan no processo de salvaguarda das festividades. Isto acontece porque, segundo Cyro Lins, antropólogo e técnico do Iphan, de início se solicitou apenas o registro da festividade de Cachoeira do Arari, porém se notou que outros municípios dos Marajós também possuíam festividade ou devoção a São Sebastião. Assim sendo, o conselho consultivo do Iphan decidiu ampliar a abrangência do registro para a totalidade da região, o que, de certa forma, causa uma dificuldade, pois, apesar da coerência em estender o registro para poder contemplar todos os territórios onde existe a devoção a São Sebastião, o processo de registro ocorreu à revelia das comunidades detentoras do patrimônio.

Eu cheguei aqui no Pará, assumi essa função no Iphan em outubro de 2013, e se eu não me engano em novembro de 2013 saiu o registro de São Sebastião, então já tava um processo consolidado. Então, eu não entendi muito bem como é que se deu a interlocução com esses outros municípios para que se estendesse essa abrangência do registro. Então em um primeiro momento, em uma leitura prévia, a gente ver que parece assim uma atitude meio unilateral do Iphan, do conselho consultivo de dizer: Ah não, tem outras festas em outros lugares, então vamos abranger tudo isso. Como é que isso se reflete no momento da salvaguarda? Se reflete quando a gente chega, depois que o registro sai, que a gente vai realizar visitas nas comunidades, reunir com as pessoas pra falar sobre a etapa de salvaguarda e as pessoas não tem o conhecimento nem do registro (CYRO LINS, antropólogo, técnico do Iphan. Entrevista concedida dia 16 dez. 2015).

Além disso, é relatada a dificuldade de logística para a realização de viagens periódicas ao município, para o acompanhamento da festividade, assim como em outras localidades, devido à grande distância e o fechamento do sistema de diárias no período de final e início de ano, que coincide com o período de realização das festividades. A ausência de visitas frequentes do Iphan ao município é relatada por Odabel Freitas, membro da coordenação central da festividade, que expôs que: “Eles (o Iphan) vêm e passam tempo pra vir de novo, e a pessoa até esqueceu o que foi tratado na reunião anterior.” Isso dificulta o entendimento dos detentores sobre o registro e suas vantagens, o que culmina na falta de participação da comunidade local no planejamento das ações de salvaguarda.

Quanto à ocorrência de parcerias com representantes de outras festividades, os entrevistados informaram que também não possuem nenhum tipo de contato com

as coordenações de outros municípios, sobretudo com as irmandades. Entretanto, eles têm o conhecimento de que existe uma irmandade em Cachoeira do Arari, que se constitui como entidade civil que almeja representar e dar assistência à realização das festividades nos Marajós, embora não sejam a ela vinculados. Foi relatado, também, pelo padre da paróquia, que existe uma troca de conhecimentos e informações das festividades de São Sebastião nas reuniões da Diocese de Pontas de Pedras<sup>16</sup>, mostrando um controle da Igreja, que se preocupa, principalmente, com a evangelização e participação dos fiéis nas missas.

É importante ressaltar que em novembro de 2015 ocorreu um evento de capacitação promovido pelo Iphan para os detentores do patrimônio imaterial do estado, que contou com a participação de representantes de diversas manifestações culturais como: as cueiras de Santarém, mestres de carimbó, mestres de capoeira, etc. O evento aconteceu em Belém, sendo emitida uma ajuda de custo aos participantes para se deslocarem e permanecerem na capital nos dias da capacitação, na qual foram convidados os representantes das festividades de São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari e Vila do Arapixi de Chaves para representarem as festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós.

De início, viriam duas pessoas para participarem como representantes da festividade de São Sebastião da Boa Vista, mas, devido a um corte orçamentário, foi informado pelo Iphan aos mesmos que poderia ser custeado somente a participação de uma pessoa no evento. Por conta deste problema, não veio nenhum representante do município. Assim sendo, o evento contou somente com a participação de dois integrantes da IDGSS de Cachoeira do Arari e uma representante da prefeitura de Chaves.

A falta de participação junto ao Iphan, como esta ocorrida no evento de capacitação em 2015, e a falta de articulação dos organizadores da festividade são apontadas por Cyro, técnico do Iphan, como uma grande barreira no planejamento das ações de salvaguarda das festividades. A complexidade do planejamento se dá pela necessidade de trabalhar com expressões culturais que têm a mesma finalidade, celebrar o santo São Sebastião nos Marajós, porém se diferenciam em seus habitats e com interferência de diversos agentes internos e externos.

---

<sup>16</sup> A Diocese de Pontas de Pedras envolve os municípios de Cachoeira do Arari, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista (IPHAN, 2010).

O desinteresse da Igreja, que se configura como principal coordenadora da festividade em São Sebastião da Boa Vista, quanto ao registro e ao desenvolvimento da festividade como expressão da cultura local, é notado nas falas de seu representante, que se mostra em uma posição de defesa quanto à interferência do Iphan no que ele denomina “patrimônio da igreja católica”.

A igreja se preocupa, com relação a isso (registro das festividades), por um motivo que é grave pra fé, pra nós, quando o Iphan entre sempre nesse contexto da festa religiosa, pra nós a festa entrou muitas vezes e entre no âmbito da cultura do povo, marca a vida do povo culturalmente. Só que pra nós a fé quando se torna cultura é sempre no limiar da purificação, e quando o Iphan intervém nessas festividades, citando o círio, por exemplo, o Iphan intervém muito no círio já, acaba tornando a nossa expressão fé um folclore, e nós temos sempre o receio e a necessidade de resguardar a fé para que daqui a pouco Jesus não seja comparado com o saci, com a lara, com uma sereia. Então, não é lenda, nós celebramos um ato histórico, então se é histórico não é lenda pra nós, então sempre que se trata a fé nesse âmbito de cultura pode se confundir fé com folclore, e que não é. Então, nós temos esse cuidado, sabemos a necessidade de se resguardar isso, tornar patrimônio, só que também existe essa implicação. Deixar isso bem claro, isso aqui é fé, patrimônio para a igreja, histórico, então não existe nada lendário, então não é um folclore que nós estamos fazendo porque, também, existe um processo de laicização entre nós, do próprio governo do Brasil disso. E a partir do momento que nós permitimos que isso aconteça, sai da esfera religiosa como patrimônio católico, da igreja católica e torna-se então patrimônio cultural, e com isso é gerido pelo governo, isso daqui é perigoso demais porque senão nós vamos ter uma fé transformada em folclore daqui a pouco (TADEU PIMENTEL, 33 anos, padre. Entrevista concedida em 13 jan. 2016).

Essa postura mostra que o processo de patrimonialização das festividades se dá em um cenário de negociações e confrontações, arena de disputas em torno dos sentidos da festa nas quais cada ator social apresenta seus discursos e seus posicionamentos. Visto que as culturas não estão isoladas nem uma das outras, nem das demais dimensões da vida social daqueles que as vivem (dimensões sociais, simbólicas, políticas, religiosas, etc.), e o que as separa é uma divisão porosa, pela qual passam trocas simbólicas. Deste modo, as religiões se apresentam como sistemas simbólicos (GEERTZ, 2008).

Notou-se em conversas informais com pessoas que estavam participando da festividade o temor pela diminuição da mesma, o que muito se ouviu foram expressões como “a festividade está enfraquecendo”, “não é mais como era antes”, “nem parece que está no período da festividade”. Isso nos leva a levantar a hipótese de que a festividade possa estar tomando outra simbologia, marcada, sobretudo,

pelo aspecto religioso. A perda de aspectos da festividade, como a presença do mastro e realização das ladainhas, demonstra que o que está sendo mantido na festividade tem sido o que está ligado aos interesses da Igreja. Contudo, há de ressaltar que as culturas não são imutáveis, afinal uma de suas principais características é a própria mudança, que inevitavelmente ocorre, sobretudo, pelo contato com outras culturas, podendo se apresentar como uma tática para que possa se permanecer no tempo.

A tradição, em muitos casos, tem servido como discurso acionado de forma que se possa conseguir uma coesão da comunidade ao enfatizar valores que supostamente são compartilhados por todos. No entanto, as tradições não são dadas pela Natureza, pois são criadas socialmente, e essa criação se dá pelo acionamento de significados e significantes compartilhados pelos membros de um grupo social, comunidade, povo ou nação. O sentido de tradicional é atribuído pela comunidade, podendo ocorrer que algo seja visto como tradicional mesmo sendo recente, pois carrega os sentidos que aquele grupo necessita para definir o que é tradicional. Assim, o tradicional não é o mesmo que o antigo.

Segundo Figueiredo e Bogéa (2015, p. 88) “a cultura popular se modifica segundo ritos que permanecem e se transformam em espetáculos e outros que desaparecem por completo”. Por isso, os autores defendem que as manifestações da cultura popular devem ser estudadas a partir de seu dinamismo, frente ao processo de globalização, relacionada à sociedade e sua transformação.

No caso das falas documentadas durante a pesquisa de campo, pode ser que haja um embate entre gerações para definir os sentidos que a festa possui, visto que, muitas das falas documentadas eram de pessoas mais idosas, as que participavam mais ativamente da festividade em São Sebastião da Boa Vista. Deste modo, há a necessidade de realizar uma pesquisa mais extensa, que busque ouvir os agentes que estão de fora do grupo central da festividade.

### 3.2 Festividade de Cachoeira do Arari

O município de Cachoeira do Arari está localizado na microrregião do Arari na Ilha do Marajó/PA. Possui uma área de 3.100,261 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 22.449 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2015). A região é repleta de fazendas de criação de gado e, mais recentemente, plantações de arroz<sup>17</sup>. A zona rural do município é bem maior do que a urbana, e também economicamente mais movimentada.

O acesso ao município é feito via transporte fluvial, de navio até o porto Camará, onde depois se pega ônibus ou van para o município, ou de lancha, que faz a viagem completa até os portos do município. Na pesquisa de campo, optou-se pela primeira opção de viagem; pegou-se um navio às 6 horas da manhã do Terminal Hidroviário de Belém, na Companhia Docas do Pará (CDP), chegando às 10 horas no porto Camará. Após isso, pegou-se um ônibus que percorreu uma estrada de terra por, aproximadamente, 2 horas, até a sede do município. Percebeu-se que esta opção é dificultosa pelo fato da estrada não ser totalmente pavimentada, tendo alguns trechos esburacados, e na época das chuvas torna-se ainda mais difícil o deslocamento por conta de sua má condição.

O município de Cachoeira do Arari tem sua história vinculada à religião. Seu surgimento se deu com a chegada dos jesuítas no período colonial, quando se iniciou a colonização da região do Rio Arari, fundando-se as fazendas de gado pertencentes à Missão, em terras do médio e alto Arari. Em 1747, com o crescimento demográfico e da pecuária, foi erguida a Paróquia de Cachoeira nas terras de um fazendeiro o qual fundou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, subordinada à Vila Nova de Marajó. Em 1924, Cachoeira do Arari foi elevado à categoria de município (IBGE, 2015).

No que diz respeito aos aspectos culturais, o município apresenta um extenso calendário de festas religiosas, sendo as mais importantes: o Círio de Nossa

---

<sup>17</sup> Conforme divulgado por jornais do estado, de fato, houve, nos últimos anos, a chegada de um grande fazendeiro produtor de arroz em Cachoeira do Arari. O produtor vem comprando grande quantidade de terras no município e aplica agroquímicos com uso de avião, contaminando áreas com produção agroecológica e sendo denunciado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Observa-se que vem ocorrendo tensionamento na relação entre os habitantes locais e este fazendeiro, que é chamado de “arrozeiro” pelos cachoeirenses.

Senhora da Conceição, padroeira do município, que é realizado no terceiro domingo de dezembro, e a festividade do Glorioso São Sebastião, que tem culminância no período do dia 10 a 20 de janeiro. Outras importantes referências culturais no município são: o Museu do Marajó e a casa do escritor Dalcídio Jurandir<sup>18</sup>.

Apesar de não ser o padroeiro do município, a devoção a São Sebastião é uma tradição muito presente no cotidiano dos moradores locais. Segundo relatos mais antigos, documentados na programação da festividade de 2016, a tradicional festa se iniciou no município a partir de uma promessa feita em 1940 pelo senhor Raimundo Martins, que solicitou uma graça ao santo e, alcançando a cura de uma enfermidade, convocou familiares e amigos e devotos a erguerem um mastro em homenagem a São Sebastião, tradição que permanece até hoje, embora com atualizações. No mês de novembro, a árvore quaruba (que tem por nome científico *Vochysia maxima Ducke*) é retirada do mato para confecção dos mastros de São Sebastião, santo considerado “muito poderoso” por seus devotos, vindo daí o adjetivo de “Glorioso”.

A festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari é apontada como referência no Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó (IPHAN, 2010), devido sua amplitude e pelo fato de o pedido de registro das festividades ter partido de representantes da festividade deste município.

A organização da festividade é feita pela paróquia local em parceria com a IDGSS e demais membros da comunidade do município. Assim como a festividade de São Sebastião da Boa Vista, ela se divide em dois momentos: o momento religioso (ladainhas, missas e procissões) e o momento social/cultural, que em Cachoeira do Arari compreende uma diversidade de tradições e manifestações culturais. As atividades da festividade compõem um extenso cronograma que procuramos descrever a seguir baseado no dossiê das festividades (IPHAN, 2010), em Barros e Abufaiad (2008) e no documentário “O Glorioso” (IPHAN, 2007), além de apresentar dados coletados durante a pesquisa de campo.

O início da festividade ocorre sempre no dia 10 de janeiro na sede do município. Entretanto, a preparação para o festejo se dá bem antes, no primeiro

---

<sup>18</sup> Escritor paraense, nascido na Vila de Pontas de Pedras, na Ilha do Marajó, no dia 10 de janeiro de 1909. Passou sua infância em Cachoeira do Arari, na mesma ilha, onde o pai exerce o cargo de secretário da Intendência Municipal. Autor dos romances “Chove nos campos de Cachoeira”, “Marajó”, “Belém do Grão Pará”, entre outros, recebendo diversos prêmios por sua atuação.

semestre do ano anterior, com a peregrinação da Comissão de São Sebastião com a imagem peregrina do santo nas fazendas, povoados, retiros e vilas da região, arrecadando donativos para serem leiloados durante a festividade, esse período é chamado de esmolação. Durante o ritual da esmolação, são entoadas as folias e rezadas ladainhas em homenagem ao santo, com todo o processo especificado em um manual de orientação para a realização das novenas, entregues pela comissão aos donos das casas que serão visitadas.

A Comissão de São Sebastião, que peregrina pelos campos dos Marajós, é uma tradição secular que foi deixada pelos padres jesuítas. Essa prática era uma forma de catequizar os habitantes das regiões distantes da sede do município; assim, difundia-se o cristianismo e se ensinavam seus principais rituais e cultos. É importante destacar a permanência deste ritual, sendo a única forma existente de catequese para a população das localidades distantes. O momento da chegada da Comissão de São Sebastião nas fazendas, povoados, retiros e vilas se torna ocasião propícia para festejar aquele dia, por isso as pessoas ficam satisfeitas com a oportunidade de poder agradecer a São Sebastião pelas graças alcançadas.

A partir de 2001, passou a ocorrer uma peregrinação da Comissão de São Sebastião com a imagem peregrina em Belém, que se dá geralmente no mês de maio ou junho. A peregrinação em Belém é uma extensão da que acontece nos campos dos Marajós, sendo uma oportunidade para os marajoaras que vivem na capital do estado e que não podem ou não têm oportunidade de voltar à sua terra natal, reviver a devoção ao santo. Também, nesse período, são realizadas visitas a sedes de instituições governamentais do Estado e da União.

A Comissão de São Sebastião é formada por um grupo de devotos, todos homens, que cantam e rezam em louvor ao santo. O termo folião vem do fato das cantigas para o santo serem conhecidas como folias. Os foliões responsáveis por durante as peregrinações, conhecidas localmente como esmolações, arrecadar os donativos que custeiam a celebração. As peregrinações ou esmolações são realizadas nos meses de julho a dezembro na cidade de Cachoeira e municípios próximos como Muaná e Ponta de Pedras, e nos meses de maio e junho a Folia se desloca até Belém e Região Metropolitana (IPHAN, 2010, não paginado).

A festividade, cada vez mais, ela vai acontecendo o ano inteiro, principalmente por conta da peregrinação. E a gente tem tentado, cada ano, fazer com que isso aconteça porque os foliões, se eles não estiverem peregrinando, tem uma forte tendência de eles abandonarem pela própria sobrevivência. Então, a gente tem procurado, desde quando a gente assumiu a peregrinação, que a Igreja pediu pra que a gente assumisse a peregrinação, a gente tem tentado criar condições pra que eles peregrinem

o ano inteiro. Este ano, por exemplo, eles peregrinaram no mês de maio em Belém, em 2016 já vai ser a 15ª peregrinação em Belém, e é algo que é assim muito positivo, dá muito certo, e as pessoas que já vivem em Belém há muito tempo que pararam, deixaram de ir no município, voltaram a ter contato com essa tradição, as pessoas ficam muito satisfeitas (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

No dia 09 de janeiro, é realizada a última esmolação na Fazenda das Cuieiras, que fica bem próximo à sede do município, dando encerramento às peregrinações nos campos. Tradicionalmente, o encerramento das peregrinações era realizado na Fazenda Espírito Santo, contudo, não foi mais possível realizá-lo no local devido aquisição da fazenda para plantio de arroz, pelo chamado “arroizeiro” da região. A pretensão dos organizadores da festividade é retomar a realização da última esmolação na Fazenda Espírito Santo, sendo que já foi oficializado o interesse junto ao proprietário da fazenda, no intuito de que seja mantido um espaço no local para a construção de uma capela em homenagem ao santo.

Após o término do período de esmolação, no dia 10 de janeiro a imagem peregrina segue em procissão para a sede do município, onde é recebida pelos devotos com os mastros do santo. São três mastros: o mastro dos homens, o mastro das mulheres e o mastro das crianças<sup>19</sup>.

A preparação dos mastros começa a partir do dia 15 de novembro do ano anterior, com a retirada dos troncos da quaruba do mato. Nesta ocasião, é realizado um grande evento para a retirada dos troncos, sendo organizado pelos juízes dos mastros, que são pessoas sorteadas todos os anos para serem responsáveis pela organização de todo o processo de confecção dos mastros.

O juiz de mastro é o responsável, digamos, pelo mastro do santo, como a gente fala. Ele é responsável de tirar na mata o mastro que vai ser levantado, de preparar a bandeira do santo e toda essa movimentação ela é feita, digamos, com a população. Então o juiz de mastro é responsável também por essa alimentação da população e a banda de música... Então é uma tradição que é desde 1940 (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

---

<sup>19</sup> A tradição teria se iniciado com o mastro dos homens, somente na década de 1960 foi inserido o mastro das mulheres, e na década de 1970 o mastro das crianças, segundo Carlos Alberto Leão (Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

Após a retirada, os troncos são levados para a Fazenda Espírito Santo para secar, permanecendo lá até a segunda-feira após o círio de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro. Originalmente, os troncos eram retirados nessa data, porém o cronograma foi alterado pela paróquia local, que realizou um plebiscito com os fiéis da igreja, antecipando essa etapa devido à proximidade da data anterior com as festas de fim de ano. Na segunda-feira após o círio, em dezembro, a madeira é trazida à sede do município, sendo deixada na casa de cada juiz do mastro, para a confecção do mastro que se estende até o dia 10 de janeiro.

Na segunda-feira, após o círio, tem a chegada do mastro na cidade, as pessoas vão buscar, já também centenas de pessoas vão buscar a árvore ainda, o pessoal diz o “pau do santo”, porque mastro só se usa depois que já recebe a imagem do santo, então mastro ele vai passar a ser dia 10. Antes, é árvore, pau do santo, mastro só depois que é ornamentado, que vira o mastro do santo, então dia 10 ele vai ser levantado com a bandeira do santo (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

Geralmente, os juízes dos mastros constroem barracões em suas casas para receberem o tronco, com o qual será confeccionado o mastro, e as pessoas que vêm acompanhando o “pau do santo”. Desde o início do dia 10, percebe-se a agitação no município: os moradores começam a pintar suas casas, enfeitar as ruas com bandeirinhas e balões nas cores do santo (branco, verde e vermelho), montar altares em homenagem ao santo, colocar placas para saudar o santo. Na casa dos juízes dos mastros, a animação se dá desde cedo com bandas de música, comidas e bebidas, se estendendo pelo dia todo (IPHAN, 2007).

Ainda no dia 10 de janeiro, pela manhã, é realizada uma alvorada festiva com a participação da banda João Vianna. À tarde, a imagem peregrina retorna dos campos, sendo recebida na entrada do município com os mastros.

Tradicionalmente, a imagem vem da peregrinação das fazendas, e as pessoas saem de suas casas, os três mastros, a tradição é sair com os mastros dos homens primeiro, vai buscar o mastro das mulheres, vai buscar o das crianças e os três juntos vão pra porteira esperar o santo. E aí, quando o santo chega, agora mais recente a gente faz um palco lá porque é muita gente querendo pegar o santo, aquela multidão, então agora a gente quando os padres vão pra lá receber a imagem, fazem uma celebração e aí tem homenagens, por exemplo, o pessoal dos grupos de carimbó nesse dia fazem homenagem pro santo, os cantos da terra, enfim... Foi lá que foi anunciado quando saiu o registro em 2013, em 2014 foi anunciado lá o registro da festividade, então é um momento assim muito legal (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

A banda João Vianna, que leva o nome do músico e premiado escritor paraense, nascido em 1909 em Cachoeira do Arari, foi fundada em março de 2001, ao mesmo tempo em que a Escola de Música Giovanni Gallo, numa parceria entre a Fundação Carlos Gomes, Prefeitura Municipal, Museu do Marajó e a Câmara Municipal. Sua formação inclui instrumentos de sopro, como clarineta, trompete, saxofone, trombone, tuba e bombardino, e instrumentos de percussão. Atualmente, a banda participa ativamente das manifestações culturais do município, sendo responsável pela animação musical na festividade do Glorioso São Sebastião

Após as devidas homenagens ao santo na “porteira” da cidade, a imagem peregrina segue em procissão com os mastros até o arraial da festividade, que compreende todo o espaço da praça matriz e seus arredores. No arraial é realizado o levantamento dos mastros, que são enterrados, dando início, oficialmente, a festividade (Figura 9).

**Figura 9** - Mastros dos homens, das mulheres e das crianças enterrados no arraial



**Fonte:** Edne Maués (2016)

A festividade segue com missas todas as noites na igreja e a realização de “noitadas” pela paróquia, em parceria com as CEBs, no chamado “barracão do santo” (Figura 10). Nas noitadas são realizados os bingos, leilões e sorteios dos donativos recolhidos durante o período de esmolação, bem como a venda de comidas e bebidas – exceto bebidas alcoólicas, que são proibidas nos espaços dos eventos da Igreja – com a apresentação de artistas locais, assim como ocorre na festividade de São Sebastião da Boa Vista. Um diferencial observado durante a pesquisa de campo no município foi a participação de grupos de carimbó, por exemplo, tipo de participação que não foi observada na festividade de São Sebastião da Boa Vista.

Dentro de toda a programação de atividades da festividade ocorrem várias manifestações culturais, entre elas as famosas corridas de cavalos que envolvem vaqueiros de várias fazendas e municípios próximos (Figura 11), os arrastões culturais com grupos folclóricos (Figura 12) e a luta marajoara (Figura 13), que ocorrem nos últimos dias de festividade.

**Figura 10** - Barracão do santo



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

**Figura 11** - Corrida de cavalos que ocorrem entre os dias 18 e 19



**Fonte:** Edne Maués (2016).

**Figura 12** - Arrastão dos bonecos cabeçudos que ocorre no dia 19



**Fonte:** Layane Gomes (2016).

**Figura 13** – Competição de luta marajoara que ocorre no dia 20



**Fonte:** Edne Maués (2016).

Outra manifestação cultural interessante, que ocorre durante a festividade, no dia 17, é o arrastão do Cordão do Gallo, um cortejo cultural que leva crianças, jovens e adultos pelas ruas do município no dia 17 de janeiro. O Cordão do Gallo, que leva esse nome em homenagem ao padre Giovanni Gallo<sup>20</sup>, surgiu no ano de 2009 de uma parceria entre o Museu do Marajó e o Instituto Arraial do Pavulagem<sup>21</sup>, com o intuito de mobilizar moradores e visitantes do município, visando o fortalecimento das brincadeiras lúdicas e a valorização da criança e do adolescente.

<sup>20</sup> Italiano de Turim, Giovanni Gallo veio para o Brasil, em 1970, como sacerdote da Companhia de Jesus, iniciando sua atuação no Brasil pelo Maranhão. Em 1972 foi transferido para os Marajós, Santa Cruz do Arari, onde encantou-se pela cultura e pelos marajoaras. Inconformado com as dificuldades enfrentadas pela população, vislumbrou na cultura marajoara a possibilidade de transformação daquela dura realidade, constatada ainda hoje pelos baixíssimos índices de desenvolvimento humano (IDH). Fundou então o Museu do Marajó, onde a partir dos elementos da cultura local situa os Marajós no tempo e no mundo. Gallo faleceu em 2003, mas ficou ali plantada uma semente e o reconhecimento de que a cultura é uma das grandes possibilidades de novos e melhores tempos para os Marajós e sua gente, sendo o Museu o porta voz dessa e de outras demandas locais (IPHAN, 2010).

<sup>21</sup> O Instituto Arraial do Pavulagem é uma organização autônoma da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 2003. Ao longo de sua existência, o Instituto tem desenvolvido ações de educação cultural na Amazônia que contribuem para transmitir e fortalecer o saber oral tradicional, com uma leitura contemporânea através de linguagens como a dança, a música e a visualidade cênica.

São realizadas oficinas de confecção de instrumentos musicais com materiais reciclados, visando, também, a conscientização para o uso do meio ambiente de maneira racional.

Segundo Carlos Alberto Leão, um dos idealizadores do projeto, junto a Ronaldo Silva, do Arraial do Pavulagem, o Cordão do Gallo consiste em uma medida de salvaguarda por parte da IDGSS, para o fortalecimento do mastro das crianças. O projeto foi idealizado a partir de uma demanda exposta pelos detentores, após a realização do inventário das festividades, que identificou a ocorrência de ingestão de bebida alcoólica por crianças e adolescentes durante a festividade, principalmente nas procissões dos mastros. Assim sendo, o projeto surgiu, também, com intuito de prevenir o consumo precoce de bebida alcoólica, sendo incorporado à programação oficial da festividade, recebendo apoio da prefeitura municipal, através de programas de assistência como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

O apoio ao projeto por parte do governo estadual se dá por meio de editais de fomento à cultura, quando é submetido. Em 2015, por exemplo, o projeto foi contemplado pelo edital do Programa de Incentivo à Arte e à Cultura – SEIVA, recebendo recursos para as atividades realizadas na festividade de 2016. É importante ressaltar que o projeto, também, foi submetido pela IDGSS ao Edital Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Iphan, que consistiu em uma ação do PNPI para premiar ações de salvaguarda já realizadas, em qualquer parte do território nacional, que tenham sido bem sucedidas tanto na sua execução como em seus resultados de valorização de bens imateriais e que, concomitantemente, apresentem métodos e abordagens que sirvam de modelos para serem replicados em outros contextos socioculturais. O edital premiará 34 projetos com o apoio financeiro de R\$ 30.000 (trinta mil reais) cada. Entretanto, o projeto não foi habilitado, por não atender alguns itens do edital.

O encerramento da festividade do Glorioso São Sebastião em Cachoeira do Arari ocorre no dia 20 de janeiro, sendo marcado pela derrubada dos mastros do santo que saem em cortejo pelas ruas da cidade na “cerimônia da lama”, onde as pessoas se lambuzam com a lama das primeiras chuvas do inverno marajoara. Essa mesma lama seria o sinal do fim do período de estiagem e o início do período de fartura, quando o gado engorda e a lavoura melhora (BARROS; ABUFAIAD, 2008).

Aliado a toda essa simbologia do mastro, o destaque se dá à ludicidade presente no ato da caminhada pela cidade, ao mesmo tempo em que a Banda João Vianna acompanha tocando marchas carnavalescas, como marchinhas e frevo, enquanto os adultos brincam e se jogam amido de milho e consomem licores e bebidas que são referenciais da manifestação, como o leite de onça.

Destacamos aqui a prevalência do frevo como música que anima todo esse arrastão pelas ruas de Cachoeira do Arari, que se confunde com uma festa carnavalesca. Inclusive, a festividade do Glorioso São Sebastião em Cachoeira do Arari atrai muitos visitantes por esta agitação, ademais que a festa geralmente ocorre cerca de um mês antes do período de carnaval.

Mais recentemente, tem sido montado um palco no arraial pelo governo local, no intuito de animar ainda mais a derrubada dos mastros. No palco, se apresentam bandas que vêm de outros municípios e que tocam músicas mais contemporâneas, em ritmos que fazem sucesso no cenário nacional como forró e sertanejo, além da presença de aparelhagens que tocam tecnobrega<sup>22</sup>. O palco ainda serve como espaço de publicidade e promoção do governo local, onde o locutor fica mencionando a todo o momento o nome do prefeito e vereadores que seriam os responsáveis pela realização daquele “grande espetáculo”.

A montagem do palco e a contratação de bandas de fora do município, que cobram cachês mais altos por conta da popularidade, acaba por substituir a apresentação de bandas de música locais, como a Banda João Vianna, tão tradicional na festividade. Para alguns membros da IDGSS, esta é uma interferência do governo local que tem modificado a festividade:

Quem me chamou pra cá? Foi aquela banda de música que fica tocando e ela conseguiu me fazer dançar, ela conseguiu me tirar daquele estado só pelo fato de ela tocar, agora música mecânica tem em qualquer lugar, agora música, por exemplo, tocada ao vivo pelas bandas de música que foram vindas de Pontas de Pedras, de Muaná pra tocar, é isso que chama o povo. Aí o cara faz interferência com uma aparelhagem lá e toca tecnobrega complica pra mim, eu acho que é uma interferência direta na cultura. Entendeu? Quebra um segmento que eu posso dançar tecnobrega o ano inteiro, mas dançar frevo na rua lameado de maizena ou lama mesmo, ou banhado de água da chuva é só nesse período mesmo. A banda, por exemplo, ela não teve o foco que ela deveria ter, ela perdeu o foco por

---

<sup>22</sup> As aparelhagens são gigantescos sistemas de som e iluminação, telões de led e atrações-surpresa, quase sempre garantidas por algum aparato tecnológico que se apresentam nas festas dançantes no estado do Pará e demais localidades. O ritmo que prevalece nessas festas é o tecnobrega, que é a mistura da música brega paraense com efeitos eletrônicos (Barros, 2009).

conta disso. (PAULO DA GAMA CÂMARA, Coordenador de eventos da IDGSS. Entrevista concedida em 20 jan. 2016).

A inserção destes aspectos modernos na festividade estaria interferindo, inclusive, na geração de renda para os moradores do município, pois os músicos que fazem parte da Banda João Vianna, que receberiam um pagamento pela “tocata”, passam a ser pouco solicitados, visto a preferência por bandas de fora e músicas mecânicas.

Esses profissionais, eles esperam o ano todo pra ganharem alguma, são os filhos daqui da cidade que se formaram músicos, ensaiam todos os dias pra esse momento, poderiam ganhar vamos dizer, cada músico poderia ganhar 3, 4 mil reais nesse período, ele vai ganhar 500 reais porque é uma tocata só, não gera pras famílias daqui, a questão da geração de renda e emprego (PAULO DA GAMA CÂMARA, Coordenador de eventos da IDGSS. Entrevista concedida em 20 jan. 2016).

Neste sentido, percebe-se que, embora seja uma festa em homenagem a um santo da Igreja, a festividade não corresponde a um evento exclusivamente religioso. Costa (2011) identificou na festa de São José, que ocorre no Mercado do Guamá em Belém, uma forte relação com o circuito bregueiro da capital, pois, segundo o autor, muitas pessoas participam da festa do padroeiro por conta da apresentação da aparelhagem, na realização de festas dançantes noturnas.

Esse fato acontece também em Cachoeira do Arari na Festividade do Glorioso São Sebastião. As casas noturnas colocam faixas por todo o município anunciando a realização de festas dançantes com a apresentação de aparelhagens. Não há nenhuma proibição neste sentido, o que difere da festividade de São Sebastião da Boa Vista, onde são proibidas a realização de festas dançantes durante a festividade.

A partir do exposto, percebe-se o hibridismo, definido por García Canclini (2006) como a mescla cultural entre o tradicional e o moderno, bem como entre o popular, o culto e o massivo. Segundo o autor, o termo na América Latina estaria ancorado na ideia de um processo sociocultural em que formas culturais separadas se combinam para compor novas formas. Porém, essa combinação não estaria de modo algum isenta de conflitos, sobretudo quando se pensa nas mesclas existentes entre o popular e o culto ou entre o popular e o massivo. Este aspecto é comprovado

na fala de Paulo Câmara, entre outros, que crítica a inserção de novas práticas na festividade.

Sendo assim, a hibridação se configura como processo contínuo, direcionado de acordo com a globalização e modernização, impulsionada por intercâmbios e técnicas de mercado e estratégias comunicacionais que abarcam tanto interesses hegemônicos como de setores populares. O interesse hegemônico, no caso da festividade, é dos governantes locais, que usam do espaço montado para se promover.

Ainda sobre este aspecto, Figueiredo e Bógea (2015) expõem que as manifestações da chamada cultura popular passam a se inserir no mercado de bens culturais, que se dá, principalmente, através da atividade turística. Esta inserção ocorre porque o turista procura pelo exótico, sendo atraído pela curiosidade e o desconhecimento de realidades diferentes da sua. Assim sendo, os autores apontam os grupos de carimbó que se apresentam em hotéis e pousadas dos Marajós, a cachês de baixo valor, incentivando ainda mais a procura por estas “atrações”, visto o baixo custo para o turismo local.

Neste sentido, percebe-se que o processo de patrimonialização das Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós contribuiu para o incremento do turismo na região marajoara. Há estudos que destacam o potencial do arquipélago, principalmente o município de Cachoeira do Arari, para a atividade turística, mais especificamente para o turismo cultural (ALBERTO; OLIVEIRA, 2009; BOULHOSA; CABRAL; GOMES, 2012). Os autores partem do pressuposto de que o turismo pode se constituir como importante articulador de geração de emprego e renda para a região, como, também, ser capaz de contribuir para a valorização e conservação do patrimônio cultural e natural do arquipélago.

A atividade turística é intensa em Cachoeira do Arari durante o período da festividade, a população do município chega a dobrar nessa época, segundo relatos de membros da IDGSS, pois chegam pessoas das fazendas próximas, dos municípios vizinhos, da capital do estado e até de outros estados para acompanharem o período festivo. A festa pode tomar outras simbologias para esses turistas, que, muitas vezes, não participam da festividade por devoção a São Sebastião, mas sim como divertimento e lazer. Portanto, manifestações da cultura popular, como o carimbó e as Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós,

além de se constituírem como representantes da cultura paraense e marajoara, se atualizam culturalmente, ao serem inseridas neste novo contexto.

Ainda quanto à organização da festividade de Cachoeira do Arari, nota-se o engajamento da IDGSS Arari tanto na organização da festividade local, quanto no reconhecimento das festividades de São Sebastião nos Marajós. A irmandade já conseguiu, junto ao Iphan e outros órgãos públicos, diversas conquistas, como a participação da Comissão de Foliões de São Sebastião em projetos musicais de Belém, a exemplo do projeto “1/4 de música”, em 2001, e do projeto “Seresta do Carmo”, do Programa “Sem censura – Pará”, no ano de 2003. Essas apresentações abriram caminho para a gravação dos cd’s de folias em parceria com o grupo “Arraial do Pavulagem”, pelo Instituto de Artes do Pará (IAP) em 2001.

Entretanto, as maiores conquistas da IDGSS, certamente, foram os registros da festividade tanto como patrimônio imaterial do estado do Pará, em 2010, quanto como a inscrição no livro de celebrações do Iphan em 2013. Tais ações só foram possíveis graças ao engajamento dos representantes da irmandade, que procuraram junto aos órgãos oficiais, os mecanismos para o registro das festividades. Por este motivo, se faz necessário nesta pesquisa apresentar um apanhado geral da irmandade e suas ações.

Em 2000, um grupo de cachoeirenses que residiam em Belém decidiu se reunir para tratar de assuntos referentes ao município de Cachoeira do Arari, sobretudo de ordem social, cultural e religiosa. O tema que mais se destacou nas discussões foi a Festividade do Glorioso São Sebastião, por ser uma tradição centenária no município. Como ações planejadas para potencializar as festividades, permitindo uma maior abrangência da devoção a São Sebastião, em 2001 foi realizada uma mobilização entre o grupo para realizar uma peregrinação da Comissão de São Sebastião em Belém. As peregrinações continuam acontecendo na capital do estado, sempre no período de maio a junho, e em 2017 ocorrerá a 16ª edição (não houve peregrinação em 2002).

Com o fortalecimento do grupo, em defesa de um maior apoio à festividade, e de posse do conhecimento dos mecanismos de registro e salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial (expostos no subcapítulo 2.1), os representantes do grupo, que também eram ligados ao Museu do Marajó, resolveram procurar o Iphan

no intuito de requerer o registro da festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari.

Depois do ano 2000, que foi instituído o decreto do patrimônio imaterial, a gente... Na época não existia irmandade, era um grupo de apoio que sempre ajudava na festividade de Cachoeira, a gente se chamava de Comissão de apoio de Belém da festividade, e a gente fez um protocolo no Iphan pedindo que fizesse o inventário da festividade buscando o registro, depois o próprio Iphan identificou a necessidade de ter uma entidade que olhasse a festa como um todo, porque tem a Igreja que cuida mais da parte religiosa, mas tem muitas outras atividades, muitos outros bens culturais ligados à festa, e aí que surgiu a irmandade. Então, eu hoje estou como coordenador geral da Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião até o dia 19 de janeiro, quando deve ser escolhido uma outra coordenação. (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016).

Neste sentido, em 2005 o Iphan realizou um seminário em Cachoeira do Arari para apresentar as políticas de registro e salvaguarda do patrimônio cultural, apontando a necessidade da criação de um coletivo que pudesse agrupar os organizadores leigos da festividade, com o intuito de obter uma melhor organização social e representatividade para requerer o processo de registro das festividades. A IDGSS foi fundada no dia 19 de janeiro de 2008, constituída de estatuto social, registro em cartório e um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com diretoria eleita a cada biênio. O objetivo da irmandade é lutar pela preservação da festividade do Glorioso São Sebastião e todos os bens culturais ligados a ela, além de divulgar a fé e a devoção ao santo.

Em 2011, a irmandade foi convidada pela paróquia para assumir, além da organização da festividade junto à Igreja, a peregrinação nos campos dos Marajós. Como ações desenvolvidas, a irmandade conseguiu que a imagem de São Sebastião fosse restaurada pelo Iphan, e também a confecção de uma imagem peregrina, que atualmente é utilizada nas peregrinações, para que a imagem original seja adequadamente preservada, conforme orientação do Iphan, e possa ficar o ano todo à disposição dos devotos.

Recentemente, a irmandade adquiriu um local para fixação de sua sede em Cachoeira do Arari. A pretensão é transformar o espaço em Centro de Referências Culturais (CRC) das Festividades do Glorioso São Sebastião, para isso foi requerido, junto ao Iphan, apoio técnico para a reforma e instalação. Porém, este é um processo que ainda está em discussão.

Como eles mandaram agora a pouco tempo e a gente já tá no final do ano, já não tem mais recurso pra passagem e diária dos técnicos e tal, a gente vai retomar essa conversa a partir do ano que vem com eles pra ver a possibilidade de a gente contratar uma empresa pra fazer um projeto executivo e transformar aquela sede em um centro de referência. Mas, tem uma grande questão a respeito disso, isso não resolve, a gente tem que pensar na coisa principal disso tudo que é a gestão desse espaço, então a gente tem que avançar no detalhamento e acertar direitinho como é que vai ser a gestão desse espaço pra que a gente invista recurso na adaptação e na instalação de um centro de referência (CYRO LINS, técnico do Iphan. Entrevista concedida dia 16 dez. 2015).

A irmandade tem buscado, junto a órgãos públicos e entidades da sociedade civil, apoio para a realização desta e outras ações, porém, o coordenador geral da irmandade relata que não tem sido fácil conseguir estabelecer parcerias. Expõe, ainda, a necessidade de uma maior atenção do Iphan quanto ao processo de patrimonialização das festividades, pois ainda não foi feita a entrega do título de patrimônio cultural imaterial. Demandando, ainda, a atualização do inventário das festividades, que em 2017 completará 10 anos.

A irmandade, ela é entidade regional, mas a gente ainda não teve pernas, então a gente tá procurando a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM), tá procurando a Arquidiocese de Pontas de Pedras, a Prelazia do Marajó. A gente quer ter contatos, o inventário a gente precisa atualizar, a gente já até escreveu o projeto de atualização do inventário que tem 10 anos, e nesses 10 anos a gente já teve contato com muitas pessoas que têm devoção a São Sebastião, que realizam festividade que não está inventariada, então a gente já tem consenso do Iphan que precisa atualizar, o problema é recurso. (CARLOS ALBERTO LEÃO, Coordenador geral da IDGSS. Entrevista concedida em 07 jan. 2016)

A irmandade tem dificuldade, ainda, em representar todas as festividades que ocorrem nos Marajós, devido à falta de contato com os representantes de outros municípios, que, muitas vezes, não se interessam pela questão. Segundo Cyro Lins, técnico do Iphan, é notório os diferentes níveis de conhecimento e instrumentalização da política pública de proteção do patrimônio por seus detentores. Os representantes da festividade de Cachoeira do Arari estão apropriados de toda a política do Iphan, participando e demandando desde o início da patrimonialização das festividades. Isso ocorre também, pelo fato de as lideranças da IDGSS serem pessoas com ativa e constante atuação política, tendo experiência com militância em partidos políticos e entidades de classe.

Por esse motivo, o diálogo a respeito do planejamento das ações de salvaguarda é realizado diretamente com a IDGSS. Já com as outras localidades,

este retorno não acontece, o contato tem que ser feito com a prefeitura dos municípios que fazem a aproximação com as comissões organizadoras da festa. Isso torna o processo de planejamento bem mais demorado e complicado, pois nesses municípios não existe um coletivo ou liderança fixa responsável pela festividade.

Quanto ao plano de salvaguarda das festividades, Cyro Lins informou que foram realizadas reuniões com as comunidades da Vila de Arapixi, em Chaves, São Sebastião da Boa Vista e Cachoeira do Arari no ano de 2014, o que tornou possível estabelecer um diagnóstico e algumas diretrizes de ações para salvaguarda.

A primeira diretriz foi a realização de oficinas de capacitação para os detentores, a fim permitir a eles a participação em editais de incentivo à cultura, etc. Uma oficina foi realizada em novembro de 2015, sendo aberta a todos os detentores de bens imateriais do estado, porém, participaram do evento somente os coordenadores da IDGSS e uma representante da prefeitura de Chaves. Para o técnico do Iphan:

A gente [Iphan] precisa, na verdade, organizar as lideranças e os coletivos gestores de salvaguardas dessas localidades para que a gente possa elaborar o grande planejamento da salvaguarda que é o plano da salvaguarda para as festividades, esse plano de salvaguarda não pode acontecer sem a participação direta das comunidades. Então, a gente percebe que, por exemplo, eu tô vendo que vai ser uma trabalhadora mas no final das contas eu acho que é o que tem que ser feito a partir da realidade geográfica e da configuração política do próprio Marajó, a gente tem que fazer três planos de salvaguarda, um pra essa região do Arari, outro pra aquela região lá de São Sebastião da Boa Vista e outro lá pra Chaves, que são três realidades completamente diferentes assim, três espaços geográficos completamente diferentes, apesar de ser o Marajó. Enfim, não existe um planejamento concretizado, existem ações pontuais e o plano, na verdade, a intenção é que a gente organize os coletivos dentro das comunidades que possam auxiliar a gente nesse planejamento, que a gente não pode fazer o planejamento sozinho (CYRO LINS, técnico do Iphan. Entrevista concedida dia 16 dez. 2015).

Em Cachoeira do Arari, as demandas mais urgentes da IDGSS ao Iphan é a entrega do título de patrimônio cultural imaterial, a implantação do CRC – Festividades do Glorioso São Sebastião no Marajó/PA, e a atualização do inventário das festividades. Têm sido feitas, ainda, tratativas com órgãos do poder público, para a melhoria de serviços básicos nos municípios, como o fornecimento de água e

de energia elétrica, com o intuito de melhorar a infraestrutura do município durante a festa para a recepção de turistas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Marajós possuem um vasto cenário cultural que possibilita interações e interpretações das referências da cultura local. A região tem deficiências de infraestrutura básica, portanto necessita de uma maior atenção quanto à preservação de suas manifestações culturais. Entendemos que as Festividades do Glorioso São Sebastião, com suas características religiosas e profanas, representa bem o patrimônio cultural dos Marajós, se constituindo como um patrimônio vivo de relações e interações sociais, sendo mais do que somente uma manifestação religiosa, é a representação da identidade de um povo, o fazer de sua cultura.

Aliados à manifestação, encontramos alguns caracteres que são identidades atribuídas à festividade e à cultura local, como a do homem marajoara ou vaqueiro marajoara, figura recorrente no Marajó dos campos. O vaqueiro do Marajó ou marajoara é uma característica do homem que trabalha no campo, tendo a missão de cuidar de búfalos e gado em geral, consiste em uma árdua tarefa, mas que resiste ao tempo de trabalho pesado, e tem como alusão ao seu esforço o frito do vaqueiro. Esse alimento sustenta a ideia de força que o animal possui como fonte de energia da iguaria para o homem, e são bens associados à realização desta celebração.

Os arraiais montados com suas barraquinhas, as comidas típicas, como o frito do vaqueiro, citado acima, são verdadeiras referências da identidade do povo marajoara. A relevância das alvoradas, os foliões, as brincadeiras lúdicas que se apresentam dentro da quadra da festividade, as peregrinações às casas dos devotos que compõem outra paisagem, características de infinitudes de paisagens únicas e múltiplas de sentidos e representações.

As simbologias marcadas pelas casas com seus altares com santo recorrentes tanto no Marajó das florestas como no Marajó dos campos. Os aspectos da casa marajoara, edificações antigas, chalés, os quintais e terreiros que também servem de espaços para as reuniões das novenas do santo, evidenciam maneiras simples que enquadram uma singularidade de referenciais do modo de ser e viver dos habitantes da região.

Assim, as Festividades do Glorioso São Sebastião conferem aos Marajós um significado particular, apresentando características próprias, marcada pela

construção histórica do espaço e da sociedade, pelo apego da população com a manifestação religiosa e cultural, mas principalmente, pela riqueza cultural que envolve uma mistura do sagrado com o profano, consequência do hibridismo de grupos que a compõem, e que caracterizam o patrimônio local.

A inscrição das Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó/PA no Livro das Celebrações em 2013, foi de extrema importância para o reconhecimento dessa manifestação que está tão enraizada na cultura marajoara. Ainda que a comunidade local tenha se encarregado de repassar essa tradição e mantê-la viva e pulsante na região, percebe-se que a atuação do Estado na preservação da festa de Cachoeira do Arari tem contribuído para a continuidade e expansão da mesma, que tem alcançado reconhecimento em Belém, por conta da peregrinação que passou a ocorrer na capital.

Destacamos, ainda, a organização coletiva dos cachoeirenses que fundaram a IDGSS, se apropriando da política de proteção do patrimônio e fazendo valer seus direitos na esfera cultural. Essa organização permitiu, ainda, articulações com outros órgãos como o Instituto Arraial do Pavulagem, que atua na realização do Cordão do Gallo, que passou a fazer parte do cronograma da festividade.

Em suma, as ações de salvaguarda das festividades têm sido demandadas pela IDGSS, o que acaba concentrando as ações do Iphan em Cachoeira do Arari. É nítida a grande influência e visibilidade que a festividade possui no município, recebendo muitos visitantes todos os anos. Neste sentido, tem se procurado melhorar a infraestrutura do município para melhor receber os turistas por conta da festividade. Já em São Sebastião da Boa Vista, a festividade se constitui como um evento mais concentrado, que atrai poucos visitantes.

Lá, a presença e atuação do Iphan são incipientes, a preservação da festividade no município tem ocorrido graças, principalmente, à ação da Igreja, que é a principal gestora da festa. No município, percebe-se que a festividade é tida, principalmente, como uma manifestação religiosa. Tal configuração fez com que fossem extintas as ladainhas e as folias ao santo, muito presentes na festividade de Cachoeira do Arari, onde têm sido preservadas com o apoio do Iphan. Seria interessante recuperar e fazer o registro dessas manifestações de catolicismo popular em São Sebastião da Boa Vista, visto que ainda existem algumas pessoas que guardam na memória estas celebrações.

Outro fato constatado na pesquisa foi a desarticulação da organização da festividade local, tanto entre si, quanto com outros órgãos importantes no processo de patrimonialização das festividades, como a IDGSS e o Iphan. A festividade de São Sebastião em São Sebastião da Boa Vista é, sobretudo, uma festa interna à própria comunidade, à sede e aos interiores do município, onde não se observa a valorização do registro como forma de preservação da festividade, pois a comunidade local não está a par das políticas públicas de proteção do patrimônio imaterial.

A falta de apoio do governo local no município levou a extinção de várias manifestações culturais documentadas no Levantamento Preliminar das Manifestações Culturais do Marajó (2004-2009), como os bois-bumbás, grupos de carimbós, e até o tão famoso festival regional anual: o festival do açaí. Daí a importância de uma maior atenção à festividade de São Sebastião, que é organizada pela Igreja, mas é vivida por todos os boavistenses.

Uma proposta para a articulação destes grupos seria a realização de seminários sobre a preservação da festividade, apresentando a metodologia do Iphan e instrumentos de valorização do patrimônio cultural, igualmente os que foram realizados em Cachoeira do Arari. Ressaltamos, também, a importância de manter um diálogo com a paróquia do município, a fim de desmitificar a ideia de oposição entre patrimônio cultural x patrimônio católico (na fala do pároco local).

Lembramos, ainda, que a permanência dos padres é temporária no município, o essencial é trabalhar com a comunidade local, verdadeira detentora deste patrimônio religioso e cultural, entretanto, constatamos que o contato feito pelo Iphan com a Prefeitura e a Secretaria de Cultura do município não se mostra eficaz, pois as informações passam por vários receptores, antes de chegarem no principal gestor da festa, que é a Igreja. É ela quem organiza e designa os cargos para a organização da festividade, portanto, para chegar à comunidade local, entendemos, que o vínculo feito a partir desta influência se mostraria eficaz em um primeiro momento de aproximação. Ressaltamos que a paróquia de São Sebastião da Boa Vista possui uma secretaria e, durante a pesquisa, constatamos que o contato, quando feito diretamente com a secretaria da paróquia, adquire retorno rápido e a disponibilidade do diálogo.

O reconhecimento pelo técnico do Iphan da diversidade dos Marajós e de que, por isso, as formas de se discutir a salvaguarda das festividades com cada uma dessas realidades deve ser diferente, aponta para a questão de que o processo de patrimonialização se dá de forma diferente em cada localidade; algumas participam de forma mais ativa, outras, sequer participam; uma delas foi por onde começou o processo, as demais adentraram no processo em seu percurso ou, se colocarmos em outra perspectiva, os processos de patrimonialização das demais se originou do processo de patrimonialização da festividade de Cachoeira. O que implica nas diferenças de engajamento e participação das comunidades e no alcance pelo Iphan.

Portanto, quanto às resoluções gerais, verificaram-se os diferentes níveis de conhecimento e instrumentalização da política pública de proteção do patrimônio por seus detentores. Como também, as diferentes configurações e simbologias que as festividades tomam, se constituindo como um patrimônio intercultural, que conta com a participação de diferentes agentes.

Os dados expostos durante o trabalho denotam que mesmo grupos que possuam alguma ligação com as discussões sobre o patrimônio, como a Igreja, ainda entendem o termo como algo fechado e imóvel. Esta constatação é resquício das primeiras formulações de patrimônio histórico e cultural, ligadas à chamada ideologia “pedra e cal”. Assim sendo, a patrimonialização das festividades se dá em um cenário de negociações e confrontações, arena de disputas em torno dos sentidos da festa nas quais cada ator social apresenta seus discursos e seus posicionamentos. Por isso, tornam-se necessárias discussões acerca do patrimônio imaterial, sobretudo, quando esse patrimônio está ligado à Igreja.

Desta forma, esta pesquisa procurou contrapor-se aos discursos e práticas que percebem o termo “patrimônio” como musealização das comunidades, isto é, de se tentar paralisar no tempo e em um determinado espaço suas práticas culturais para exibi-las como museus vivos. É claro que alguns setores, em especial os ligados ao mercado capitalista e ao pensamento pouco crítico, adotam tal perspectiva, porém os estudos culturais contemporâneos (GARCÍA CANCLINI, 1983; 2006; 2007), cujo aporte adotamos nesta pesquisa, apontam uma perspectiva contrária.

Conforme questões que foram discutidas neste trabalho, como o embate entre tradição/permanência e atualização/ inovação das culturas, concluímos que as

culturas não ficam estáticas no tempo e no espaço, pelo contrário, elas se transformam e se reinventam como forma de resistência, seguindo o processo de atualização cultural, impulsionado pela globalização, que inclui a ocupação de novos setores, como o turismo (FIGUEIREDO; BÓGEA, 2015).

Portanto, entendemos que a categoria de “patrimônio intercultural” deixa em evidência que esses patrimônios se formam, também, pelo contato contínuo entre diferentes formas simbólicas e que, nesse contato, se modificam e se atualizam. Afinal, não são patrimônios imóveis e isolados, sem comunicação com o que está fora deles.

Ressaltamos que esta pesquisa não deu conta de analisar a totalidade dos dados levantados durante a pesquisa de campo, que apresentou outras possibilidades de análise como a organização social das comunidades detentoras do patrimônio, quanto à atuação da IDGSS na festividade de Cachoeira do Arari; o resgate de símbolos associados às festividades, como a figura do mastro e a realização das ladainhas e novenas ao santo em São Sebastião da Boa Vista; e a preservação do patrimônio para a atividade turística, etc.

O foco desta pesquisa foi quanto ao registro das festividades e a construção das políticas públicas para sua salvaguarda pelo Iphan e os demais agentes envolvidos. Deste modo, procuramos fazer uma análise inicial desse processo que ainda está em construção. A pretensão é abrir caminho para futuras investigações, que possam abarcar a totalidade dos impactos do registro e salvaguarda das Festividades do Glorioso São Sebastião nos Marajós, que se constituem como um patrimônio vivo, em contato com diferentes agentes e culturas, em constante mudança e atualização.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Diana Priscila Sá; OLIVEIRA, Karla Cristina Damasceno de. “É folia da ilha, é folia do santo”: turismo cultural e a Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari – Ilha do Marajó/Pará. **Cultur** – Revista de Cultura e Turismo, v. 3, n. 2, abr. 2009.
- ALVES, Isidoro. **O Carnaval Devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BARROS, Lílian; ABUFAIAD, Verena. **Folias de São Sebastião**: um estudo de transmissão musical. Belém: IPHAN, 2008.
- BARROS, Lydia. Tecnobrega, entre o apagamento e o culto. **Contemporânea**, n. 12, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/351/308>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOULHOSA, Marinete da Silva; CABRAL, Neila Waldomira do Socorro Sousa; GOMES, Eduardo Lima dos Santos. A Identidade Marajoara: uma reflexão sobre a possibilidade de um Turismo Cultural no meio rural na Ilha do Marajó – Pará. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: DPeA, 2003.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- COSTA, Antonio Maurício Dias da. Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 197-216, jan.- abr. 2011.
- FARIAS, Taise Costa de. A festa: patrimônio e cultura urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, 3., 2012. **Anais...** Salvador: s.n., 2012.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. O ritual da festa: posição da festa nos campos sociais. In: \_\_\_\_\_. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 1999. p. 115-170.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. Festas de santo e cultura: encontro da Europa Ibérica com a América na Amazônia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL A EUROPA DAS NACIONALIDADES, 2011, Aveiro. **Anais...** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. v. 1. p. 1-8. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0078.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016.

FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). **Círio de Nazaré: festa e paixão**. Belém: EDUFPA, 2005.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; BOGÉA, Eliana. Hibridismo cultural e atualização da cultura: o Carimbó do Brasil. **Resgate** - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 81-92, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/476/403>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultura**. São Paulo: Zahar, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 65-91.

GUEDES, Viviane Marques. A contribuição de Stuart Hall e de Néstor García Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea. **Temática**, v. 9, n. 2, fev. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/21944>>. Acesso em 01 abr. 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

IBGE. **Pará - Cachoeira do Arari**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150200>>. Acesso em 10 fev. 2016.

IBGE. **Pará - São Sebastião da Boa Vista**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150770&search=|in fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 10 fev. 2016.

IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. (Dossiê Iphan; 1). Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_Cirio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IPHAN. **Dossiê IPHAN:** modos de fazer cuias no Baixo Amazononas. [s.l.]: IPHAN, [201-]. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_CUIAS\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_CUIAS(2).pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

IPHAN. **Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó.** Belém: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4226>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** complementação do Inventário das Festividades de São Sebastião na Ilha do Marajó. Belém: IPHAN, 2009.

IPHAN. **O glorioso:** festividade de São Sebastião no Marajó. c2007. 1 DVD.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC 2000:** manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial:** dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4 ed. Brasília: IPHAN, 2006b.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) - Carimbó. **Dossiê Iphan Carimbó.** Belém: IPHAN, 2013.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas:** catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém: CEJUP, 1995.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans lês sociétés archaïques. In: \_\_\_\_\_. **Sociologie et Anthropologie.** Paris: PUF, 2003.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **UBImuseum:** Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira interior, n. 01, 2012, p. 01-08. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>>. Acesso em: 02 de fev. 2013.

SARRAF-PACHECO, Agenor; SILVA, Jaddson Luiz Sousa. Representações e interculturalidades em patrimônios marajoaras. **Museologia e Patrimônio**, v. 08, p. 93-118, 2015.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** - Roteiro de entrevista aplicado aos representantes das organizações das Festividades do Glorioso São Sebastião de São Sebastião da Boa Vista e de Cachoeira do Arari

- 1) Qual o seu nome, idade, formação (instrução) e função na Irmandade? Há quanto tempo participa da mesma?
- 2) Como se deu sua devoção a São Sebastião e sua participação na festividade?
- 3) Como é que ocorre a festividade? O Que acontece? Quais são as etapas? Faça uma descrição.
- 4) Você é devoto de mais algum santo ou participa de mais alguma festividade? Qual e aonde?
- 5) O que a festividade representa para você?
- 6) A Irmandade recebe algum apoio do Estado para a realização da festividade (Iphan, prefeitura, etc.)?
- 7) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas na realização da festividade?
- 8) Como se dá o relacionamento da Irmandade com o Iphan?
- 9) Vocês têm algum tipo de vínculo com representantes de irmandades de outros municípios? Quais?
- 10) Você percebeu alterações na festividade nos últimos anos (com o registro)?

**APÊNDICE B** - Roteiro de entrevista aplicado ao representante do Iphan

- 1) Qual o seu nome e função no Iphan?
- 2) O que levou o Iphan a registrar as Festividades do Glorioso São Sebastião?
- 3) O Iphan tem contato com representantes de todos os municípios em que ocorrem as festividades? Se não, que municípios possuem representantes?
- 4) Como se dá o relacionamento do Iphan com os representantes das irmandades?
- 5) Existe algum planejamento para a salvaguarda das festividades?
- 6) Que ações já foram desenvolvidas junto às irmandades para a salvaguarda das festividades?
- 7) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das ações de salvaguarda das festividades?
- 8) O Iphan oferece algum incentivo (técnico ou financeiro) para a realização das festividades?
- 9) O Iphan percebeu alterações nas festividades com o seu registro?